



Número: **0821760-98.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **26/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO VITOR SENA SAMPAIO (AUTOR)		TIAGO LUIZ TEIXEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11261781	12/08/2020 12:26	<a href="#">Petição</a>	Petição
11165186	06/08/2020 09:11	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
8833305	13/03/2020 13:52	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
8819654	13/03/2020 08:27	<a href="#">AVISO DE RECEBIMENTO</a>	AVISO DE RECEBIMENTO
8819658	13/03/2020 08:27	<a href="#">0821760-98-2019</a>	AVISO DE RECEBIMENTO
8506455	21/02/2020 16:15	<a href="#">CARTA</a>	CARTA
8471482	20/02/2020 11:29	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
7393637	28/11/2019 16:03	<a href="#">Petição</a>	Petição
7393639	28/11/2019 16:03	<a href="#">2656990_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01</a>	Petição
7393641	28/11/2019 16:03	<a href="#">Anexo_0</a>	Comprovante
7381399	28/11/2019 09:54	<a href="#">HABILITAÇÃO EDNAN SOARES COUTINHO OAB/PI</a>	Petição
7042724	05/11/2019 16:17	<a href="#">Ata da Audiência</a>	Ata da Audiência
7042725	05/11/2019 16:17	<a href="#">ata 05-11-2019- 0821760</a>	Ata da Audiência
6876631	24/10/2019 11:14	<a href="#">AVISO DE RECEBIMENTO</a>	AVISO DE RECEBIMENTO
6876634	24/10/2019 11:14	<a href="#">821760 1</a>	AVISO DE RECEBIMENTO
6864510	23/10/2019 17:32	<a href="#">CONTESTAÇÃO</a>	CONTESTAÇÃO
6864511	23/10/2019 17:32	<a href="#">2656990_CONTESTACAO_01</a>	CONTESTAÇÃO
6864514	23/10/2019 17:32	<a href="#">Anexo_01-web</a>	Comprovante
6864521	23/10/2019 17:32	<a href="#">Anexo_02-web</a>	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELEÇIMENTOS

68645 42	23/10/2019 17:32	<a href="#">CARTA DE PREPOSTOS</a>	Documentos
68648 52	23/10/2019 17:32	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO</a>	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
64817 29	01/10/2019 08:26	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
61588 29	30/08/2019 09:41	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
60886 59	26/08/2019 09:02	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
60886 63	26/08/2019 09:02	<a href="#">DOC. 01</a>	Documentos
60886 65	26/08/2019 09:02	<a href="#">PETIÇÃO</a>	Petição
60886 66	26/08/2019 09:02	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração

Segue em anexo petição interlocutória requerendo que seja expedido OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

**PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: JOAO VITOR SENA SAMPAIO**

**RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**SENTENÇA Nº 0607/2020**

**1 RELATÓRIO**

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por **JOÃO VITOR SENA SAMPAIO** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, ambos individualizados na peça inicial.

Alega, em suma, que sofreu acidente de trânsito aos 17/12/2017, que ocasionou diversas lesões corporais de natureza grave, encontrando-se incapacitada para suas ocupações habituais.

Aduz que recebeu na esfera administrativa a quantia de R\$ 1.687,50, e requer o pagamento da complementação da indenização do seguro DPVAT na importância de R\$ 7.762,50.

Juntou documentos (IDs 6088663 e 6088666).

Deferiu-se a gratuidade de justiça requerida e designou-se audiência de conciliação (ID 6481729).

A demandada ofertou contestação na qual sustenta a ausência de laudo do IML e assevera o pagamento administrativo da indenização no valor equivalente à extensão do dano sofrido pelo autor.

Discorre ainda sobre o valor indenizável, honorários advocatícios, o termo inicial dos juros de mora e da correção monetária e requer a improcedência dos pleitos autorais (ID 6864511).





Juntou documentos (IDs 6864514 - 6864852).

Na audiência de conciliação, deferiu-se a realização de prova pericial, concedendo-se às partes o prazo de 05 dias para manifestação acerca do laudo (ID 7042725).

A perícia médica foi redesignada ante a incerteza do não comparecimento do autor na perícia marcada na audiência de conciliação de ID 7042725 (ID 8471482).

A perícia restou frustrada ante a ausência do autor/periciando (ID 8833305).

Sucinto relatório.

Decido.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO**

O presente feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I do CPC, uma vez que desnecessária a produção de outras provas.

### **2.1 DO MÉRITO**

#### **2.1.1 DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML**

A parte suplicada sustenta que o autor deixou de apresentar documentos essenciais para a instrução do processo, na hipótese, laudo do IML, inviabilizando a constatação da veracidade de suas alegações.

Entendo que não assiste razão à suplicada, uma vez que o aludido documento é essencial para a propositura de ação de cobrança de seguro DPVAT, mormente a considerar a produção de prova pericial que permite a constatação da alegada invalidez.

Ainda no ponto, conquanto a parte demandada afirme que somente por meio do laudo do IML seria possível comprovar o nexo de causalidade, o grau de limitação do membro afetado e quantificar a indenização, a produção de prova pericial permite a constatação da alegada invalidez, devendo ser analisado o mérito da questão de acordo com a prova produzida.



## 2.1.2 DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE O PAGAMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA

Não merece prosperar a alegação de que, tendo sido realizado o pagamento administrativo, não há mais relação jurídica a ser discutida pelas partes.

Isso porque o recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial da indenização não se traduz em renúncia, nem obsta o segurado de postular em juízo a diferença do saldo remanescente. Nesse sentido, este Egrégio Tribunal de Justiça:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. REJEITADA. QUITAÇÃO PARCIAL. COMPLAÇÃO DEVIDA. POSSIBILIDADE. INCORRETA A INTERPRETAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO INDEXADOR. PARÂMETRO FINANCEIRO LEGAL E CONSTITUCIONAL. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA VERGASTADA. 1.A seguradora sustenta a preliminar de carência de ação, por falta de interesse de agir, por ter o autor recebido administrativamente o valor da indenização. No entanto, afasto essa preliminar, tendo em vista que **o pagamento feito parcialmente na esfera administrativa não é obstáculo ao ajuizamento da ação judicial para pleitear a complação da diferença que entende devida**. Preliminar rejeitada. 2.Os autos revelam a existência de saldo devedor na quitação do seguro pleiteado junto à seguradora/recorrente. Por essa razão, o argumento da recorrente de que houve quitação da importância devida não deve prosperar, uma vez que havendo saldo remanescente é obrigação da seguradora fazer o devido pagamento ao apelado. 3. (...) (TJ-PI - AC: 200900010010501 PI , Relator: Des. Fernando Carvalho Mendes, Data de Julgamento: 23/02/2011, 1a. Câmara Especializada Cível).

Além disso, a suposta quitação diz respeito a um grau de lesão distinto do que assegura a autora ter ocorrido verdadeiramente, motivo pelo qual rejeito a argumentação em tela.

## 2.1.3 DA INDENIZAÇÃO

Inicialmente, pontuo que não há dúvidas sobre a ocorrência do acidente narrado na inicial, a considerar que a própria parte suplicada reconhece a sua existência ao trazer em sua matéria de defesa, relativamente ao mérito da demanda, a argumentação de que efetuou o pagamento equivalente a extensão do dano suportado pelo autor na via administrativa.

Pois bem. Sendo indubitosa a existência de dano, cumpre observar que na fixação do valor devido a título de indenização por danos decorrentes de



acidente automobilístico deve ser observado o grau de invalidez provocado pela lesão.

Assim, restava apenas a apuração para a extensão da incapacidade e, conseqüentemente, valor do capital segurado, razão pela qual era indispensável a realização da prova pericial determinada judicialmente (ID 7042725).

Na hipótese, verifica-se que o exame pericial ao qual o requerente deveria ter sido submetido deixou de ocorrer por fato de sua inteira responsabilidade, a considerar que foi intimado pessoalmente para comparecer ao local para realização do exame pericial em questão, mas não compareceu (ID 8819658).

No ponto, sendo interesse do autor a comprovação de sua invalidez, que somente poderia ser aferida por meio da realização de avaliação médica e, tendo em vista que o autor/periciando não compareceu à perícia nem demonstrou motivo razoável para sua ausência, a produção da prova pericial precluiu, pois ao deixar de comparecer à perícia o autor não se desincumbiu do ônus de provar a extensão de sua incapacidade, nos termos do art. 370 c/c inciso I do art. 373 do CPC.

Assim, resta descabida a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT. No mesmo sentido, os seguintes precedentes dos nossos Tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. [DPVAT](#). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE NÃO DEMONSTRADA. Indenização indevida. **Não tendo a parte autora comprovado a invalidez permanente decorrente do sinistro de trânsito, ônus que lhe incumbia, não há como responsabilizar a ré pelo pagamento da indenização securitária. Hipótese em que o demandante não compareceu às perícias agendadas.** Art. [333](#), I, do [CPC](#). Sentença de improcedência mantida. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70062126974, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 06/11/2014);

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS DESCRITOS NA EXORDIAL. 1. A Lei n.º [6.194/74](#), que criou o seguro [DPVAT](#), alterada pela Lei n.º [8.441/92](#), é o texto legal que regulamenta os valores das indenizações relativas ao seguro obrigatório. 2. No caso em exame a parte autora não comprovou a ocorrência de invalidez permanente decorrente do acidente de trânsito descrito na exordial, ônus que lhe cabia e do qual não se desincumbiu, a teor do que estabelece o art. [333](#), inciso I, do [Código de Processo Civil](#). 3. Determinada a realização de perícia, o segurado não compareceu na data designada para a realização dos exames necessários à verificação da ocorrência de invalidez. 4. Assim, a improcedência do pedido formulado na inicial é à medida que se impõe,



pois sem a ocorrência do evento danoso legalmente garantido descabe a indenização pleiteada, quanto mais se a parte autora não cumpre com seu encargo probatório. Negado provimento ao apelo. (Apelação Cível Nº 70058195785, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 25/03/2014).

### 3 DISPOSITIVO

Em face do exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor JOÃO VITOR SENA SAMPAIO em face da requerida SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, uma vez que o exame pericial consiste em prova *sine qua non* para o deslinde da ação, não sendo a mesma efetivada em virtude do autor não ter cumprido seu encargo probatório, contrariando ao disposto no inciso I do art. 373 do CPC.

Em razão da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios equivalentes a 10% sob o valor atualizado da causa, nos termos do §2º do art. 85 do CPC.

Tendo em vista o deferimento da justiça gratuita, declaro suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes da sucumbência, somente podendo ser executadas se, nos 5 (cinco) anos do trânsito em julgado desta decisão, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade, nos exatos termos do § 3º do art. 98 do CPC.

Considerando a não realização do ato de perícia, determino que o valor depositado a título de honorários periciais (ID 7393641) seja liberado à suplicada SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, expedindo-se o competente alvará judicial em nome da demandada.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

**TERESINA-PI, 05 de agosto de 2020.**

**EDSON ALVES**  
**Juiz de Direito da 10ª Vara Cível**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE, nesta data, verifiquei que a parte autora não compareceu ao exame pericial na data designada, embora devidamente intimada.**

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 13 de março de 2020.

**JOAO DE SOUSA BARROSO PRIMO FILHO**  
Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina





---

PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SEGUE EM ANEXO AR**

TERESINA-PI, 13 de março de 2020.

**JOSE AYLSON LAURINDO DOS SANTOS**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



Correios

SIGEP

DESTINATÁRIO:  
JOÃO VITOR SENA SÁMPAIO  
RUA SANTA TERESINHA, n. 4643,  
SATELITE,  
64059140 - TERESINA - PI

OH622899587BR



REMETENTE:

10ª VARA CÍVEL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:  
RUA GOVERNADOR TIBÉRIO NUNES S/N, FORUM CÍVEL E CRIMINAL  
CABRAL,  
64000-924 - TERESINA / PI

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO  
- Proc. 0821760-98/2019

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1ª 03/03/20 10:57  
2ª  
3ª

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Endereço incorreto   | <input type="checkbox"/> 5. Faltando     |
| <input type="checkbox"/> 2. Endereço inexistente | <input type="checkbox"/> 6. Não entregue |
| <input type="checkbox"/> 3. Não existe o número  | <input type="checkbox"/> 7. Ausente      |
| <input type="checkbox"/> 4. Desconhecido         | <input type="checkbox"/> 8. Faltando     |
| <input type="checkbox"/> 9. Outros               |  |

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO  
CARTEIRO

Noelson de Oliveira S  
Agente de Correios-Ca  
Mat. 8.526.922-0

ASSINATURA DO RECEBEDOR

JOÃO VITOR SENA SÁMPAIO

DATA DE ENTREGA

01-03-20

Nº DOQ. DE IDENTIFICAÇÃO

3860603 PI





PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CARTA DE INTIMAÇÃO

**QUALIFICAÇÃO DA PARTE: JOÃO VITOR SENA SAMPAIO**, brasileiro, Identidade (R 3.860.603 SSP-PI e, CPF. nº 070.751.173-94, residente e domiciliado na rua Santa Teresinha, 4643, c de Teresina, B Satélite, Teresina, Estado do Piauí.

**FINALIDADE: INTIMAÇÃO** da parte, acima epigrafada, para comparecer a Perícia Ju redesignada para o **dia 06 de março de 2020, às 13:00 horas e 30min**, na Sala de Audiências da 10ª Cível, no Fórum local. A parte deverá trazer consigo os documentos necessários a realização da Perícia apreço.

**ANEXO:** Certidão de ID nº 8471482.

TERESINA-PI, 21 de fevereiro de 2020.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE**, nesta data, houve a incerteza do não comparecimento do periciando no dia 08 de novembro próximo passado à perícia determinada judicialmente. Certifico, outrossim, que o Senhor Perito Judicial redesignou a perícia judicial em debate para o dia 06 de março de 2020, as 13:30 horas, no mesmo local outrora determinado.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 20 de fevereiro de 2020.

**JOAO DE SOUSA BARROSO PRIMO FILHO**  
Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina



Pagamento de honorários periciais





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

**Processo:** 08217609820198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO VITOR SENA SAMPAIO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

TERESINA, 27 de novembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PI 10201

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
1841 - OAB/PI





				Nº DA CONTA JUDICIAL
				0800127877818
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		25/11/2019	3791	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	
25/11/2019	2656990	08217609820198180140	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
TERESINA	10 VARA CIVEL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
JOAO VITOR SENA SAMPAIO		Física	07075117394	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
C1AAF47A94D278A6				
CÓDIGO DE BARRAS				







---

PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SEGUE EM ANEXO ATA DE AUDIÊNCIA.**

TERESINA-PI, 5 de novembro de 2019.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA  
FÓRUM CÍVEL E CRIMINAL "DES. JOAQUIM DE SOUSA NETO"  
Rua Tibério Nunes, s/n, bairro Cabral, CEP 64000-830 – Teresina/PI  
e-mail: sec.10varacivel@tjpi.jus.br – Fone: (86) 3230-7800

**ATA DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO Nº 0159/2019**

**PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

**AUTOR: JOÃO VITOR SENA SAMPAIO**

**RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Aos 05 (cinco) dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove (2019), às 08h30min, na sala das audiências da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina, presente o MM. Juiz de Direito da referida Vara, Dr. EDSON ALVES DA SILVA, declarada aberta a **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** e feito o pregão, compareceu o autor, o Sr. JOÃO VITOR SENA SAMPAIO, acompanhado por sua advogada, Dra. LUCIANA MENDES MORAIS SILVA-OAB PI18577; a suplicada, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, através de seu preposto, a Sr. FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO, RG nº.2578463-SSP/PI, acompanhada de seu advogado, Dr. HERISON HELDER PORTELA PINTO, inscrito na OAB/PI, sob o nº 5367.

**I – INÍCIO DOS TRABALHOS DA AUDIÊNCIA:** A advogada do autor requereu prazo para juntada de instrumento de procuração e comprovante de hipossuficiência financeira do demandante, o que foi deferido.

**II – PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO:** O MM. Juiz explicitou a vantagem da solução consensual para o litígio, contudo, não obteve êxito. Ato contínuo, ante a contestação já apresentada aos autos, o MM. Juiz abriu o prazo de 15 (quinze) dias para o autor ofertar réplica, se desejar.

Em seguida, as partes acordaram pela realização da perícia, sem prejuízo da manifestação do autor sobre a contestação. O MM Juiz deliberou, em seguida:

01 – As alegações preliminares da contestação encerram matéria cujo deslinde deve ser antecedido de concessão de oportunidade de produção de provas que ainda não se encontram no processo, de forma que a apreciação da matéria preliminar será realizada na sentença.

02 – Em análise aos autos, extrai-se que o objeto da lide está relacionado à existência de danos físicos decorrentes de acidente automobilístico, cuja comprovação de grau e natureza indubitavelmente depende de prova técnica, razão pela defiro a realização de perícia médica pleiteada pelas partes, a fim de se aferir a existência ou não de incapacidade total ou parcial no(a) suplicante em decorrência do acidente que alegou sofrer.

03 – Objetivando a realização da perícia em apreço, nomeio perito o médico legista Dr. **IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI**, inscrito no CRM Nº 4871, que deverá ser intimado para dizer se aceita e cumprir o encargo que lhe foi atribuído, independentemente de termo de compromisso (art. 422 do CPC).

04 – Considerando o que o referido perito já realizou várias perícias nesse sentido, designo para o dia 08 de novembro de 2019, às 14 horas, na sala de audiências desta Vara e/ou sala do IML localizada no subsolo deste Fórum para a realização do exame pericial em comento, saindo os presentes já intimados do ato, devendo ser intimados assistentes técnicos indicados pelas partes, que, se desejarem, poderão acompanhar a sua materialização.

João Vitor Sena Sampaio





05 – Em face da hipossuficiência financeira da parte autora, os encargos financeiros com a realização da perícia técnica serão suportados pela Requerida, inclusive com o pagamento dos honorários do perito, desde já arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais). No ponto, é de notar que se trata de ato essencial e indispensável à resolução da lide, portanto, de interesse das partes. Ainda nesta quadra, há notícias de que, em situação dessa mesma natureza, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS já firmou convênio com Tribunais pátrios, assumindo tal ônus financeiro, inclusive com tratativas iguais com o E. TJ/PI.

06 – A suplicada sai intimada para, no prazo de 10 dias, efetuar o depósito judicial relativo à perícia na quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais).

07 – Igualmente, as partes já saem intimadas para indicar assistente técnico e apresentar quesitos, se entenderem necessários.

08 – Oficie-se ao perito nomeado para proceder à realização da perícia, com apresentação do laudo em duas vias, observando-se as diretrizes da tabela anexa e aos quesitos formulados pelas partes.

Concluída a perícia em debate, intinem-se as partes, por seus advogados e via DJ-PI, para no prazo de 15 dias manifestarem-se sobre o laudo em apreço.

Nada mais. Lido e achado conforme. Do que, para constar, lavrou-se o presente termo, que vai devidamente assinado.

Juiz de Direito:

Autor

Preposta da suplicada

Leandro Indes Moreira Sales  
Advogada do autor

Advogado da suplicada

99517-5099  
9909-0407







---

PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SEGUE EM ANEXO AR.**

TERESINA-PI, 24 de outubro de 2019.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





Correios SIGEP RECEBIMENTO

ATÁRIO:

ADORA LIDER DOS COMS DO SEGURO DPVAT S.A.  
NADOR DANTAS, n. 74, 5 ANDAR - DE 58 AO FINAL DO IMPAR

20031205 - RIO DE JANEIRO - RJ

OH622868488BR



REMETENTE:

10ª VARA CIVEL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

RUA GOVERNADOR TIBÉRIO NUNES, S/N, FORUM CIVEL E CRIMINAL  
CABRAL

64000-924 - TERESINA / PI

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO

- Proc. 0821760-88/2019

SEGURADORA LÍDER

07 OUT 2019

SINATURA DO RECEBEDOR

BIANCA DE SOUZA OLIVEIRA

1E LEGÍVEL DO RECEBEDOR

RG: 20.993.830-7

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1ª / /  
2ª / /  
3ª / /

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

☐ 1 Mudou-se ☐ 5 Recusado  
☐ 2 Endereço insuficiente ☐ 6 Não procurado  
☐ 3 Não existe o número ☐ 7 Ausente  
☐ 4 Desconhecido ☐ 8 Falecido  
☐ 9 Outros

DATA DE ENTREGA

07/10/19

Nº DOC. DE IDENTIDADE

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

CD 01º DE MARCO

07 OUT 2019

RUBRICA E MATRÍCULA DO  
CARTEIRO

07 OUT 2019

ju





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08217609820198180140

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO VITOR SENA SAMPAIO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **17/12/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **15/02/2018**.

Cumprir esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

#### **BANCO DO BRASIL**

##### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 30/10/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01606

CONTA: 000000103027-1

Nr. da Autenticação 76A2D1D4A8EC90AC

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

***"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."***

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

#### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **17/12/2017**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

#### **DO LAUDO MÉDICO PARTICULAR – PROVA UNILATERAL**

Conforme se verifica nos autos, o laudo particular colacionado pela parte autora não fornece todos os detalhes acerca da lesão sofridas pela mesma, informações estas extremamente necessárias para o deslinde da demanda.

Não restam dúvidas que a apuração do grau de invalidez da vítima seria mais especificada, se fosse realizada pelo IML ou por peritos judiciais, por se tratarem de profissionais que possuem experiência e capacitação para realização de tais perícias.

Corroborando com esse entendimento, temos os seguintes julgados:

“RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO DPVAT – AUSÊNCIA DE LAUDO OFICIAL – RELATÓRIO PRODUZIDO POR MÉDICO PARTICULAR – DOCUMENTO UNILATERAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO PROVIDO.

Se a petição inicial foi instruída com laudo técnico firmado por médico particular, é imperiosa a cassação da sentença para que os autos retornem ao Juízo de origem e seja produzida nova prova, uma vez que a perícia oficial é o único meio capaz de comprovar a existência da alegada invalidez permanente. (Ap 35998/2013, DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, TJ MT. Julgado em 12/02/2014, Publicado no DJE 21/02/2014).”

“AÇÃO DE COBRANÇA – DIFERENÇA ENTRE A INDENIZAÇÃO PAGA E AQUELA EFETIVAMENTE DEVIDA – INCAPACIDADE PARCIAL – GRAU – PROVA PERICIAL MÉDICA

1 - De acordo com o enunciado da Súmula nº 474 do C. Superior de Justiça, “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez;” 2 - Para apuração do grau de incapacidade e, consequentemente, do valor da indenização, imprescindível a realização de perícia médica, sendo que apenas a juntada de laudo médico particular não supre tal necessidade. Sentença que deve ser anulada para que seja determinada a realização de perícia médica. RECURSO PROVIDO. Sentença anulada. (TJ-SP, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, data de julgamento: 10/06/2015, 30ª Câmara Cível de Direito Privado).”

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





Desta forma, a utilização da prova pericial particular não deve ser levada em consideração por V. Exa., uma vez que a parte ré não esteve presente, através de seu assistente técnico no momento da referida avaliação, sendo certo que a utilização da mesma caracterizaria o cerceamento de defesa, devendo a demanda ser julgada improcedente, com base nas fundamentações expostas.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

<sup>6</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>8</sup>art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do expresso no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito sob o nº **1841/PI**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
TERESINA, 10 de outubro de 2019.

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PI 10201, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita na OAB/PI sob o nº 1841 e **HERISON HELDER PORTELA PINTO**, inscrito na OAB/PI sob nº 5367, ambos com escritório à RUA BARROSO, N.º 646 – CENTRO/NORTE – TERESINA/PI, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOAO VITOR SENA SAMPAIO**, em curso perante a **10ª VARA CÍVEL** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 08217609820198180140.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 30/10/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01606

CONTA: 000000103027-1

---

---

Nr. da Autenticação 76A2D1D4A8EC90AC



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180449790 **Cidade:** Teresina **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JOAO VITOR SENA SAMPAIO **Data do acidente:** 17/12/2017 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 26/10/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DISTAL DO RADIO ESQUERDO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO(PLACA E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTO DO PUNHO ESQUERDO.

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADO DO PUNHO ESQUERDO.

**Documentos complementares:**

**Observações:**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

### ESPECIALISTA

**Empresa:** Líder- Serviços AMD

**Grupo:** EQ1

**Nome:** GUSTAVO CARLOS CALCENA AGUERO

**CRM:** 5235988-0

**UF do CRM:** RJ

**Assinatura:**



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180449790 **Cidade:** Teresina **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JOAO VITOR SENA SAMPAIO **Data do acidente:** 17/12/2017 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 26/10/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DISTAL DO RADIO ESQUERDO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO(PLACA E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTO DO PUNHO ESQUERDO.

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADO DO PUNHO ESQUERDO.

**Documentos complementares:**

**Observações:**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50





**SELO DE ENTREGA - O TITULO DO TITULO NACIONAL**

**REGISTRO** 3.860-803 **DATA DE** 04/02/13

**NOME** JOAO VITOR SENA SAMPAIO

**PLACAO** SHIRLEY SENA SAMPAIO

**NATURALIDADE** TERESINA-PI

**DATA DE NASCIMENTO** 26/11/1998

**CERT. NASC.** 639 L A01 F 165V

**EXP. TERESINA-PI** 11/01/00

**ASSINATURA DO TITULO**

**LEI Nº 7.118 DE 2006 - DECRETO Nº 64.908/03**

PI CORRETORA  
DE SEGUROS

05 JUN 2013

DPVAT

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE VEÍCULOS**

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

**ASSINATURA DO TITULO**

**JOAO VITOR SENA SAMPAIO**

PI CORRETORA  
DE SEGUROS

05 ABR 2010

DPVAT

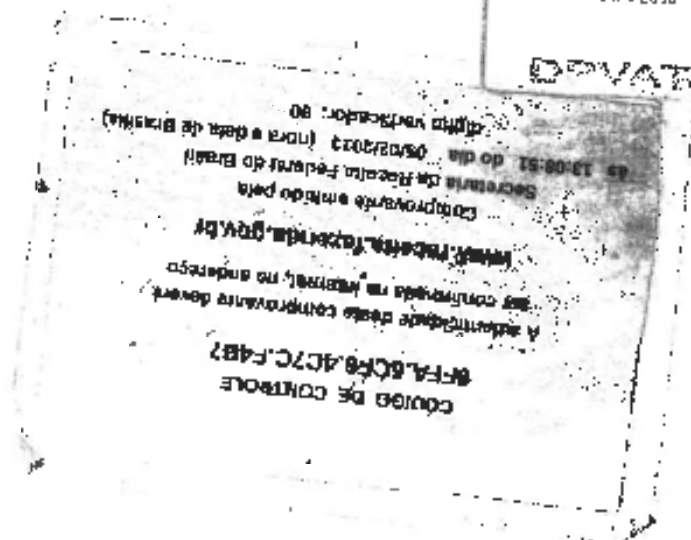




PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

05 JUL 2018

DPVAT



DPVAT



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

OPÇÃO: 11 \* 011973293905  
OPÇÃO: MULTA, REGISTRO E LICENCIAMENTO DO VEÍCULO  
000029983

1 01084894580 2016

DELYCY TNER BRAUNO MATOS

02095766342 PIM-0736

9C2KC2500GR031278

PAS/MOTOCICLO/VEHICULO GASOLINA

HONDA/CG 160 START 2016 2016

02P/01620C PARTIC PRETA

00000000 IPVA PAGO

SEGURO PAGO

PBT: 000.29

ALIENACAO FIDUCIARIA

ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA L

TERESINA 10/08/2016

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
MOTORES DE VEICULOS TERRESTRES QUE OPORTUNAMENTE FORAM LICENCIADOS  
TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS

PIN 011973293905

02095766342 PIM-0736 2016

ESTE É O SEU NÚMERO DO SEGURO OPORTUNO  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.opvaseguredefranco.com.br

05-08-2016 2016 18/08/2016

02095766342 PIM-0736

01094894580 HONDA/CG 160 START

2016 9C2KC2500GR031278

PRÊMIO TARIFARIO

053,76 005,97 059,73

004,15 080,46 124,10

17/08/2016

SEGURODORA LIDER - DPVAT

DPV 01094894580/011973293905

www.segurodora1fcr.com.br





**Polícia Militar do Piauí**  
**HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

**RECEITUÁRIO**

**COOPERADORA  
DE SEGUROS**

26 SET 2018

**DPVAT**

Paciente: \_\_\_\_\_

LAUDO MEDICO

Declaro, para os devidos fins, que  
JOAO VITOR SERRA SAMPARO, vítima  
de acidente de trânsito em 17 de dezembro  
de 2017, foi atendido e operado do  
lado distal esquerdo no HUV e  
no qual do tratamento proposto  
dos exames, edema e hematoma  
funcionais em torno de 50% CD 10.  
M25.52.5

Fábio Michel S. de S. Coutinho  
Otorrinolaringologista  
CRM-P 3132

Teresina-PI, 18/07/2018

Médico

*"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"*

Av. Higino Cunha, 1842 - B. no Itôlas - Fone: (88) 3218-1256 - Fax: (88) 3218-1520  
CEP: 64.017-590 - Teresina-Piauí - CNPJ: 07.444.159/0002-25 - CV2: 085.972-8



Alto



HOSPITAL  
DE URGÊNCIA  
DE TERESINA

PJ CORRETO  
DE SEGUROS  
05 JUN 2019  
DEVAT

NOME DO PACIENTE:

4005 Vitor Jona Simplicio

NÚMERO DO PRONTUÁRIO:

432483

PJ CORRETO  
DE SEGUROS  
05 ABR 2019  
DEVAT

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME  
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO  
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS  
À SUA UTILIZAÇÃO".





*Corpuscula*

CM2. Bohrer  
Heinrich

ANCO 2002/57

0.001251 DE 14:50

DADOS DO PACIENTE:

241 : INDEX : 54

• 750,000 • 200,000 •

<u>Nome:</u> JOAO VITOR SENA SAMPAIO		<u>Prontuario:</u> 433487	
<u>Mãe:</u> GUILFLEY SENA SAMPAIO		<u>Fil:</u>	
<u>End. Resid.:</u> RUA SANTA TEREZINHA 4594 - SOTKITE - CEP: 04021-010			
<u>Nascimento:</u> 25/11/1988	<u>Idade:</u> 19:12:1988	<u>Sexo:</u> Masculino	<u>Fone:</u> 85 9943-9021
<u>Responsável:</u> O PAI		<u>CMS:</u> 700607452965466	
<u>Profissão:</u> MONTADOR		<u>Documentos:</u> CPF	
<u>G. Instrução:</u> Nível Incompleto		<u>E Civil:</u> Solteiro	
<u>End. Local:</u> -			

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

<u>Código:</u> 641867	<u>Data:</u> 17/12/2017 08:40:04	<u>Condições:</u> NHE 141	<u>Convênio:</u> D 8
<u>Motivo de Procura:</u> ACIDENTE DE TRÂNSITO VITIM - EM MARCHA/CIETA (MOTOR)			
<u>Acid. Trajeto:</u> N/A	<u>Acid. Trajeto:</u> N/A	<u>Acid. Trajeto:</u> N/A	<u>CID Secundário:</u> N/A

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

<b>Sinal/Sintoma:</b> QUEDAS	<b>Evento Principal:</b> Fosforescência	<b>Destino:</b> OCCUPACIA	<b>Classificação:</b> Amarelo
<b>Prova História:</b> Pelo relato do quadro de melancolia caracterizado por tristeza intensa, perda de peso,...		<b>Profissional Class. Risco:</b> FAMILIA - CARIÓTIPO DE SOUSA TEL: 307195 Em: 12/2017 06:44:07	

DADOS CLÍNICOS:

(Work: 1 1-1)

Paciente com sinais de Embolia de Morte. Não soube relatar o que aconteceu. Sem queixas agudas. A: trias aéreas pulmonares, bem colas cervicais. B: MVA bilateralmente com RA. Sat-99%. C: Pulso 82 bpm, forte, sem sinais de choque. D: Paciente consciente, levemente desorientado, com sinais de embolia de morte. E: Abd inerte, excoriações nos joelhos e imobilização em MSE, pele estável.

PA ____ X ____ CMES	PRIME: <i>82 bpm</i>	EC: ____	DATE: ____	CR. AP. : ____
FACULTAT: CO. Juculei;				
CUPRINSUL: _____				

CONDUITA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

- RX punho esquerdo (TC de C  
UTDR. ZENON ROCHA  
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA  
EXAME: *Crono*  
DATA: *12/12/14*

RAIO-X REALIZADO  
DATA 07/12/2017  
TÉCNICO: [assinatura]

MOTIVO DA AJTA/ENLERRAMENTO:

DATE: 17/2/2017

प्रत्यक्षः

STATION

~~408020407~~

Page 11 of 11

Dr. Eduardo Salmerón  
Médico

1940-1941



## HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

RUA CR. DOLO DITO 1020 REJENCO. 1003: 85 3.25 487

TELNETKA #1 CEF: 64010 077 CEF8- C6.3/2.513/002/ 17

## FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

[illegible]

DADOS DO PACIENTE:

<b>Nome:</b> JOAO VITOR SENA SAMPAIO		<b>Empreguário:</b> 433487	
<b>Mãe:</b> SHIRLEY SENA SAMPAIO		<b>Sexo:</b>	
<b>End. Resid.:</b> RUA SANTA TERESINHA 4696 SATELITE - TERESINA - PI - CEP: 61000-000		<b>Idade:</b>	
<b>Nascimento:</b> 28/11/1988	<b>Idade:</b> 30:11:1998	<b>Sexo:</b> Masculino	<b>Fone:</b> 66-32443-0626
<b>Responsável:</b> O PRIMO		<b>CNS:</b> 702417703643436	
<b>Profissão:</b> MODALISTA		<b>Documentos:</b> CPF.	
<b>Q. Instrução:</b> Média Incompleta		<b>E. Civil:</b> Solteiro	
<b>End. Local:</b>			

DADOS DO ATENDIMENTO:

<u>Código:</u> 641867	<u>Data:</u> 17/12/2017 08:40:04	<u>Clas. Cor:</u> Amarela::
<u>Motivo da Procura:</u> ACIDENTE DE TRÂNSITO VITIMA EM BEIRA LUTA PORVITA		<u>Convênio:</u> 05/2017

LADOS DA SOLICITAÇÃO (1) :

05/11/2018

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ESPECIALISTA: NUN

MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:

- 3 Pelitnauma - 1 tt

- 3 hem clícuta neurologica occur

DADOS DO PACIENTE: Data/Hora: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

71 infância - hem

5mm den em inquieto lunon neurocirurgica

axial

cd - l. bna

Assinatura médica do Dr. Pato

ANEXOS DA SOLICITAÇÃO (2):

Data/Hora Solicitação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ ESPECIALISTA.  
 MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:  
 Prescrição de medicamentos (C).  
 g. the clinician.  
 DADOS DO PARECER: Data/Hora: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_  
 Dr. Joaquina Barbosa Nogueira  
 06 ABR 2018  
 DEPUTADO  
 Carimbo/Assinatura Prof. Ferezes



**FMS**

Fundação Municipal de Saúde

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA**

Fts. Nº \_\_\_\_\_

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

BOLETIM DE CONTROLE DE CLÍNICO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 19/12/12

NOME DO PACIENTE:	<u>Edo Lito Sousa Leupano</u>		
DIAGNÓSTICO:	<u>Refratária Roda ②</u>	CIRURGIA:	<u>Ostomia 1st</u>
ANESTESIA:	<u>BPB</u>	Nº DA SALA:	<u>09</u>
CIRURGIÃO:	<u>Dr. Danilo de Almeida</u>	CPF Nº:	<u>DE SEGUROS</u>
AUXILIAR:	<u>CRAP 304</u>	CPF Nº:	
ANESTESIA:	<u>Dr. Carlos Augusto</u>	CPF Nº:	<u>06 ABR 2018</u>
INSTRUMENTADORA:	<u>fornilic</u>	CPF Nº:	<u>DEMAT</u>

**MATERIAL DE CONSUMO**

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	01		LÂMINA DE HISTÓRIA	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº 4.5	PAR	02	
AGULHA 40X12	UNID.	02		LUVA Nº 8.0	PAR	02	
AGULHA RAGUE	UNID.	—		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	03	
ALCOOL 70%	ML	30		PVPI DE GERMANO L	ML	100	
ALGODÃO	BOIA	—		PVPI TÓPICO	ML	70	
ÁGUA OXIGENADA	ML	10		PVPI TINTURA	ML	—	
COMPRESSA <u>el 4 mid</u>	PAC.	03		SERINGA 20CC	UNID.	02	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	—		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPALHAPRO	CM	30		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.	—		SERINGA 3CC	UNID.	—	
FORMOL	ML	—		SORO FISIOLÓGICO	PAR	04	
GASES	PAC.	03		SONDA LIFE LAL	UNID.	—	
JELCO Nº 12	UNID.	01		<u>latite de oxigênio</u>		01	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				<u>Atividade de respo</u>		02 mid	
CAT. GUT. SIMPLES S/AG							
CAT. GUT. CROMADO C/AG							
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ACOFIL							
MONONYLON	3.0	01					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL				CIRCULANTE:	<u>fakim</u>		
PROLINE							

MOU - 084







HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT  
Rua Tx. Santa Tereza, 4820 - Redenção - Jonei - 66.128-4804  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 - CNPJ: 06.477.017/0002-01

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO VITOR SENA SAMPAIO** (Prontuário: 433487)  
Endereço: RUA SANTA TEREZA NHA 4820 - JONEI - TERESINA - PI CEP: 64000-000  
Nascimento: 29/11/1988 Idade: 18a: m: 25d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 541007  
Requisição: 759125 Solicitação: 17/12/2017 Solicitante: NAIKE L. DE SOUSA L. VA  
Controla: 952683 Convênio: SIIIS

### RELATÓRIO:

Cad. SIV: 0704040124

Data Exame: 17/12/2017

### PUNHO ESQUERDO

O estudo radiológico do punho esquerdo foi realizado nas incidências em Joelheira.  
Os seguintes aspectos observados:

- Fraturas ósseas consolidadas distais em ambas as articulações fixadas com elos e parafusos metálicos.
- Fratura transversa completa recente distal no rádio com desvio.

BRAYD SILVA

TERESINA - PI 23/12/2017

**CARLOS AUGUSTO MOURA FE**

CPF: 133803.172-68 CRM PI 1341  
Especialista Residência



Carla Ferreira Moura  
Especialista  
Residência  
2018



FOLHA DE ANESTESIA



NOME DO PACIENTE		NOME DO CIRURGIÃO		Nº DE REGISTRO	
DATA	PROCEDIMENTO	TEMPO	TEMPERATURA	TIPO	ALTIMETRIA
12/10/2019	OR. RANQUEADO	1. CENTIMETROS	HEMOGLOBINA	HEMATOCRITO	GLUCEMIA
DIAGNÓSTICO DE URINA					
FUNÇÃO RENAL					
SISTEMA CIRCULATÓRIO				ELETROCARDIOGRAMA	
SISTEMA RESPIRATÓRIO				ASMA	
SISTEMA DIGESTIVO				SISTEMA URINÁRIO	
ESTADO MENTAL				CONTROLES	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO				FISIOLOGIA	
PRÉ-MEDICAÇÃO				APLICADO AO	
AGENTES QUÍMICOS				ELETRO	
AGENTES ANESTÉSICOS		OXIGÊNIO		TOM. DE DADOS	
LÍQUIDOS		SOLUTO		S. F. de 1000	
TEMPERATURA		Cº		S. F. de 1000	
P. ARTERIAL		mmHg		S. F. de 1000	
PULSO		b/min		S. F. de 1000	
FREQ. E AM. ANESTESIA		mmHg		S. F. de 1000	
SÍMIO E FIM OPERAÇÃO		mmHg		S. F. de 1000	
RESERVAÇÃO		mmHg		S. F. de 1000	
TÉCNICAS		INCIDENTE - ACIDENTE		S. F. de 1000	
OPERAÇÕES		INCIDENTE - ACIDENTE		S. F. de 1000	
CIRURGIAS		INCIDENTE - ACIDENTE		S. F. de 1000	
ANESTESIA		INCIDENTE - ACIDENTE		S. F. de 1000	
PARTICULARIDADES		INCIDENTE - ACIDENTE		S. F. de 1000	

FMS Fundação Municipal de Saúde

NOME DO PACIENTE	DATA
12/10/2019	12/10/2019

- 1 - Dieta geral
- 2 - SE 0,9% 500ml EV
- 3 - Dipirona 01 amp
- 4 - Paracetamol 500mg
- 5 - Metoprolol 50mg
- 6 - Plasil 01 amp
- 7 - CCGG + SSUV



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**  
 Rua Lb. Ql. O Tiro L329 - Redenção - Fone: 08 3209 4977  
 TERESINA-PI CEP: 64017-740 EMBL: 05.577.917/0002-00

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOÃO VITOR SENA SAMPAIO** (Prevenção: 433487)  
 Endereço: **RUA SANTA TERESINHA 4896 - SATELITE - TERESINA - PI CEP: 34000-000**  
 Nascimento: **28/11/1999** Idade: **19a / m:26d** Sexo: **Masculino** Origem: **INTERNAÇÃO** Atendimento: **20412h**  
 Requisição: **759301** Solicitação: **19/12/2017** Solicitante: **CAIO VAZ DE OLIVEIRA NETO**  
 Controle: **961482** Convênio: **SJS** CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 LA ORTOMÉDIA 201 LETO 229

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204010019

Data Exame: 19/12/2017

### ANTEBRACO ESQUERDO

O estudo radiológico do antebraço esquerdo foi realizado nas incidências an-  
 ta/cervical.

As seguintes alterações foram observadas:

- Fraturas nas diáfises distais do rádio e da ulna fixadas com placas e parafusos  
 metálicos.

IRACLI SILVA

TERESINA - PI 26/03/2018

**LUCIANA MARINHO VIANA BORGES**

CPF: 462767.253-91 CRM-PI 2691

Prof. Especial. Responsável



*[Handwritten signature]*  
 Dr. Iracli Silva  
 Radiologista  
 HUT - Original



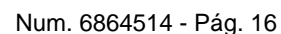


# PRESCRIÇÃO MÉDICA



NOME DO PACIENTE	PRONOME	D. NASCIMENTO	CL	END. em APT	LEITO
João J. Sona Jambano					
DEPARTAMENTO ATUAL E COMORIDADES	ALERGIAS	HORÁRIO	OBSERVAÇÕES		
DEPARTAMENTO ATUAL E COMORIDADES	ALERGIAS	HORÁRIO	OBSERVAÇÕES		
DATA: 12/10/2019					
1 - Dieta geral					
2 - SF 0,9% 500ml EV de 12/12h					
3 - Difenidramina 12mg + ADEV 12/12h					
4 - Terfenadina 20mg + ADEV 8/8h					
5 - Ranitidina 50mg + ADEV 8/8h					
6 - Plasil 0,3mg + ADEV 8/8h					
7 - CCGG + SSVV					

Mar: 007



RELATÓRIO DE OPERAÇÃO			
Nome do Paciente		Dr. Carlos Roberto de Oliveira Neto	
Diagnóstico pré-operatório		Fratura de fêmur	
Operação - Tipo		Osteossíntese de fêmur	
Cirurgião		Dr. Carlos Roberto de Oliveira Neto	
1º Assistente		Dr. Carlos Roberto de Oliveira Neto	
2º Assistente		Dr. Carlos Roberto de Oliveira Neto	
Instrumentador(a)		Anestesiado	
Anestesia		Anestesia	
Data da Operação		19/12/17	
Início		Fim	
Diagnóstico Pós-operatório		O paciente está evoluindo bem	
Relatório Imediato do Patologista		Dr. Carlos Roberto de Oliveira Neto	
Acidente Durante a Operação		Dr. Carlos Roberto de Oliveira Neto	

# Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Dleycy Ines Araujo Matos,  
 RG nº 5033749-1, data de expedição 22/10/2017  
 Órgão SSP-SP, portador do CPF nº 020.957.663-42 com  
 domicílio na cidade de Ferreira, no Estado de  
Piau., onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
R. A A12 e 07 Vale do Camaró, nº ...  
 complemento ..., declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
 mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
 vítima João Vitor Sena Sampaio cujo o condutor era  
João Vitor Sena Sampaio.  
 Veículo: Motocicleta  
 Modelo: HONDA CG 160 Start  
 Ano: 2016/2016  
 Placa: PIM 0436  
 Chassi: 9C2RC25006R031248  
 Data do Acidente: 17.12.2017  
 Local e Data: Timon, 15.02.18



Dleycy Ines Araujo Matos  
 Assinatura do Declarante

ORIGINAL

João Vitor Sena Sampaio  
 Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



Cartório do 1º Ofício  
 (TOMONIA)  
 Recebida com a declaração do(s) declarante(s)  
Dleycy Ines Araujo Matos  
 Sir Testemunho: ... de ...  
 em 15/02/2018  
Ruth Maria de Oliveira  
 Cartório do 1º Ofício





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.000641/2018-01

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Suplente Registro: Almirallice Ribeiro Lebre Carlos

Data/Hora: 15/02/2018 - 18:06

#### DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipologia

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

ALF12 N°

Complemento

Bairro

SOCOPU

Ponto de Referência

SÍTIO BRASIL

Data/Hora

17/12/2017 - 08:00

ORIGINAL

#### DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: JOÃO VITOR SENA SAMPAIO

RG: 3650503

Mãe: SIBIRLEY SENA SAMPAIO

Endereço: RUA SANTA TERESINHA, Nº 4643

Bairro: SÍTIO BRASIL

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 06-9517-5575

Tipologia: VITIMA/Noticiante

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

05 JUN 2018

DPVAT

#### NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 305 do CTB).

#### RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA A VITIMA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA CG 100 ANO 2010, PLACA HM-0756, PROPRIETÁRIO DE FOGY INES MATOS, CPF 02055756342, RELATA A VITIMA QUE IRMAGAVA NA PI 112, QUANDO UM VEICULO QUE TRAFEGAVA NA MESMA PI 112 NÃO IDENTIFICADO FEZ UMA UL RAPASSAGEM E COLIDIU COM A MOTO DA VITIMA, LESIONADO FOI SOCORRIDO PELO SAMU E ENCAVINHADO PARA O HUP, FRONTEIRO 433487, PARA O QUE TINHA ANOTICIAH.

Almirallice Ribeiro Lebre Carlos - Mat. 0087616

AGENTE DE POLÍCIA

Almirallice R. Lebre Carlos

Escritório Especial

Mat: 0087616

JOÃO VITOR SENA SAMPAIO - Noticiante

Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



Boletim de Ocorrência emitido em: 15/02/2018 17:37 - SisBO nº: 100203.000641

Página 1/1



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 23/10/2019 17:32:47

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102317324688600000006562035

Número do documento: 19102317324688600000006562035

Num. 6864514 - Pág. 18



**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0600 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É obrigatório o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/combolsão.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor da idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou do ASL

CNPJ da Vítima

Nome completo da vítima

070754173-94

João Victor Gomes Sampaio

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo	CNPJ titular da conta	Profissão
João Victor Gomes Sampaio	070754173-94	Desempregado
Endereço	Número	Complemento
Rua Santa Teresinha	4643	
Bairro	Cidade	Estado
Satélite	Teresopolis	RJ
Celular		CPF
		64057-295
		Instituição (CJUL)
		86-99987-0860

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Lider DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

<input checked="" type="checkbox"/> RECEBIMENTO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 10.001,00 ATÉ R\$ 20.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 20.000,00
<input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (informar para os bancos abaixo) Assinale uma opção: <input type="checkbox"/> CAIXA ECONOMICA (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (347)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
<input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONOMICA FEDERAL (044)			
AGÊNCIA	CONTA	AGÊNCIA	CONTA
000	000	000	000
1606	503027		
Informar dígito verificador	Informar dígito verificador	Informar dígito verificador	Informar dígito verificador

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e autorizo a cobertura securitária para o sinistro autorizo a Seguradora Lider a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

DE SEGUROS

05 JUN 2018

Termino 16 de Fevereiro de 2018

Local e Data

05 ABR 2018

DPVAT

ORIGINAL

DPVAT

João Victor Gomes Sampaio

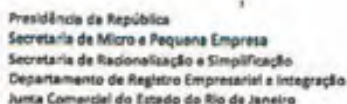
Campo 1 Assinatura do Beneficiário

Campo 2 Assinatura do Representante Legal

FATPE001 V001/017







PRÉ-SEDE OU BA-PRÉAL: CHAMADO A SEDE POR OUTRA UF

33.3.0028479-6

**Time Allocation**

Sociedade anônima

### Positive Experimental

☐ No email

### 119 An Stereocenter

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

### Ultima Argumentation

00002131000 - 28/11/2017

NAME: 11.1.0018479.4

SEGURODORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Balance(s): 103793004

Mesh: FCC52033-0730-4132-8033-7CC99430A 904

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
Pág1	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


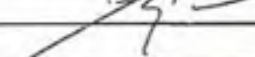
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 	
	Assinatura:		
	Telefone de contato:		
Data	E-mail:		
	Tipo de documento:		Híbrido
	Data de criação:		24/01/2018
	Data da 1ª entrada:		



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresal: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nº: 333.0028479-6 Protocolo: 02-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 20203149059 e demais constantes do termo de

DECLARACAO DE AUTENTICIDADE EM 19/01/2018 POR O NOME DO 20003143039 E DEBATE COM O  
AUTENTICACAO

Autenticação: FD69743867A48220CFC44856AFAC5ECF8FDD1CF68740F233E496AFA28E1FDE



**JUDE ITA**  
Jude Itza



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

*CR* *Isabella*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003189059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD69743867A48220CF0E4856AFABE38CF8FFD5CF68740F233E496AFUA80E1F98	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.juceerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.juceerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº do protocolo. Pág. 3/13	





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizla	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*CR* *Law*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028478-6 Protocolo: 00-1018/917153-4 Data do protocolo: 24/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 24/01/2018 sob o número 00003149059 e demais conformes ao SEBRAE DE  
autenticação: F06974386FA48270CF08A85CAFAD58C789F705CF5674CF215E496AFDA8021F88  
Para validar o documento acesse <http://www.jucecja.rj.gov.br/servicos/canceladigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 4/13

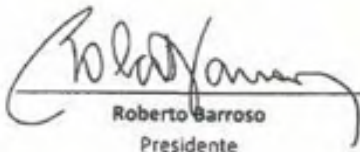


**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária





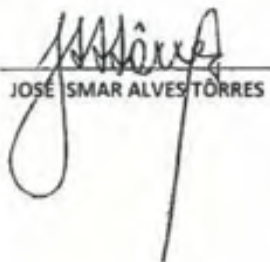
SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00093149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA9220C7DE4B06AFADE1ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CF0E4B16AFAD5ECF8FFD0CF88740F233E496AFDA30E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13









4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

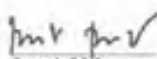
**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo R. S. Berninger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Benveniste  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2018





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

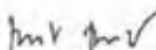
**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo A. S. Schwager  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D798CBA11812475AE92082968235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4986510

convocada.

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo S. S. Benavente  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895  
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Fernando F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C696  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

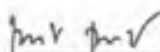
**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020153575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9206296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

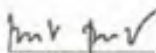
**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo R.S. Berninger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

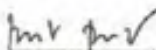
**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Fernando R. S. Serwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Barwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208298B235403C7845C685  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





de março de 1967.

19/9



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Benveniste  
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D799CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002955803 - 11/10/2016



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

17º Ofício de Notas TIA CAPITAL	Tabajara Carlos Alberto Pinheiro Oliveira Tribuna Centro, RJ - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2102-1000	ADB28090 086674
Reconhecida por AUTENTICAÇÃO as firmas de HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (nº 000574053)		
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.	Cartório por 14434008	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Patricia Cristina A. O. Gaspar Escritório CNPJ 40052 s/nº 09077 ME Al. 20 5 7º Lm 8.585/5A
Por Patricia Cristina A. O. Gaspar - Escr.	Total	
CNPJ 00052 s/nº 09077 ME Al. 20 5 7º Lm 8.585/5A		





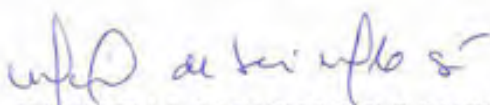
### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A.**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.

  
**MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**  
**OAB/RJ 135.132**



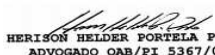
## CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74,5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04 pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO(A)

ADDA BANDEIRA DE MELO DE DEUS -CPF 003.705.143-19, ADÃO NALDO PIRES DE SOUSA -CPF 038.935.033-82, ANA CÉLIA BENVINDO ROCHA MARTINS -CPF 687 827 483 49, AIRLA MEIRELES MELO -CPF 076.123.843-37, ALANA SOARES GOMES Rg 4.060.599 CPF 074.060.463-59, ALISSANDRA SUIME DA SILVA SOUSA -CPF 056.843.563-03, AMANDA ELYZABETH HOLANDA MARINHO -CPF 058.349.493-55, ANA CAROLINA DE SOUSA -CPF 073.877.223-23, ANA CLARA FREITAS BRITO SILVA -CPF 065 778 053-77, ANA PAULA DO NASCIMENTO SILVEIRA DE AZEVEDO -RG 1.194.917 SSP-PI, ANDERSON RAFAEL LEAL BRITO -CPF 030.189.913-46, ANDREIA GOMES DE CARVALHO -CPF 055.880.293-13, ANDREIA VANDRESSA DE SOUSA SILVA -CPF 016.386.953-77, ANDRE LIMA EULALIO -CPF 038.451.883-40, ANILY GONÇALVES FERRAZ COSTA -CPF 006.049.263-59, ARILTON LEMOS DE SOUSA -CPF 789.681.603-25, BARBARA PRISCILA DA SILVA -CPF 002.407.753-41, BIANCA CONSTANCIO DAMASCENO -CPF 043.488.833-86, CARLA RENATA FERNANDES DE MELO -CPF 061.616.273-10, CARLOS EDUARDO RODRIGUES LIMA CAVALCANTE -CPF 014.594.843-98, CARLOS RAFAEL SANTOS OLIVEIRA DA SILVA -CPF 028.941.513-65, CARLOS RAFAEL CUNHA -CPF 600.002.863-62, CAROLINA BEZERRA DE ALMEIDA -CPF 041.639.933-98, CHARLANA PAULA MARTINS DA SILVA -CPF 065.480.643-80, CÍNTIA PATROCÍNIO DA SILVA -CPF 057.833.283-32, CLEONICE FERNANDES MAIA -CPF 915.014.233-05, CLEUDEVALDO GONCALVES DOS SANTOS -CPF 047.800.203-36, CLAUDENEIDE MOREIRA DA SILVA -CPF 714.730.173-00 RG-1.446.289, DENILSON ARAUJO DA SILVA -CPF nº 962.144.731-34 DANILO, RIBEIRO CARVALHO CPF 026.483.053-94, DEUSDEDITH GUERRA DE FREITAS NETO -CPF 997.477.663-53, DIEGO MORAIS COSTA -CPF 035.773.343-63, EMANUEL DIAS DA SILVA -CPF 046.378.843-57, EMANUEL MESSIAS DA ROCHA VIANA -CPF 551.923.943-68, FABRICIA DE OLIVEIRA FONTENELE -CPF 019.399.272-66, FERNANDO TRINDADE DE CARVALHO FILHO -CPF 014.224.023-04, FERNANDO HENRIQUE LIMA DA SILVA -CPF 077.912.203-85, FERNANDO CARVALHO OLIVEIRA -CPF 018.702.063-98, FERNANDO ITALO SÁ VARANDA, CPF 029.449.573-84, FERNANDO GARCIA ARAÚJO -CPF 167.398.887-36, FERNANDO DA ROCHA E SILVA -CPF 020 976 073-73, FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA -CPF 047.556.643-22, FRANCISCO GUILHERME RAMOS NOELTO CPF: 022.632.013-86, FRANCISCO MARQUES DA SILVA -CPF 077.093.743-87, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JUNIOR -CPF 892.947.773-91, FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO -RG 2.578.463 SSP-PI, FRANCISCO RIGONE SILVA CARNEIRO -CPF 048.865.593-52, FRANCISCO WASHINGTON DE ARAUJO ROCHA -CPF 039.247.113-21, HELDER JOSÉ BRITO DOS SANTOS -CPF 762.043.083-00, GABRIELLA SANTANA COSTA PIMENTEL CPF 078.903.273-23, GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO -CPF 035.629.223-10, GLIMARIO RIBEIRO DE ALMEIDA -CPF 008.696.703-79, IGOR VINICIUS DE ARAUJO MESQUITA -CPF 058.106.803-02, IRMA DANIELE FORTALEZA DE SOUSA -CPF 04787823302, ITALO JOSÉ ALVES DE CARVALHO -CPF 050.487.713-54, ÍTALO SÁRVIO LIMA FEITOSA -CPF 067.422.233-40, JOÃO PEDRO CARDOSO -CPF 058.923.833-77, JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO CPF 068.003.243-61 RG 3.753.880, JOICE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24 RG 3.532.415 JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO -CPF 068.003243-61 E RG 3.753.880, JACKSON DOUGLAS DE ARAUJO SOUSA -CPF 022.146.833-13, JAYNE VANESSA DA SILVA -CPF 060.307.993-80, JÉSSICA OLIVEIRA SOUSA -CPF 039.905.963-65 JEFFERSON FELIPE FREITAS DIAS -CPF 063.147.983-02 JEFFERSON LUIS DE ARAUJO NASCIMENTO -CPF 057.167.833-50, JOICE RAMOS CERQUEIRA -CPF 004.741.733-13, JOYCE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24, JOSÉ GUILHERME DO RÊGO MONTEIRO NETO CPF 015.538.413-95, JOSÉ FIRMINO DA SILVA JUNIOR CPF 052.829.273-06 JOSÉ VITOR VILARINHO BRITO CPF 065.049.933-60, KARINA NEGREIROS DE OLIVEIRA -CPF: 071.502.173-70 KARINE SOARES DO NASCIMENTO -CPF 067.466.793-06, KLEBER LOPES DA SILVA -CPF 338.618.383-20, LARA FORTES PORTELA DE CARVALHO CPF 041.909.353-28, LANA MARIA RAMOS NOLETO ESMERALDO -CPF 338.682.633-49, LEONARDO RANIERI LIMA MELO -RG 63.564.595 SSP/PI CPF 061.415.993-89, LÍCIA NUNES GONÇALVES BANDEIRA DE MELO -CPF 184.294.083-04, LUCIANNY DA CUNHA LOPES -CPF 018.910.263-21, LAURA DA SILVEIRA AZEVEDO PESSOA -CPF 026.652.853-80, LUCAS EMANUEL FREIRE GOMES -CPF 035.419.333-30, LUIS MARIANO CASTELO BRANCO CERQUEIRA, CPF 041.405.183-16, LUIZ GONZAGA DE MACEDO FILHO -CPF 389.755.838-69, LUIZ GONZAGA ARAUJO JUNIOR -CPF 063.067.553-81, LUIZ CESAR DE OLIVEIRA -CPF 076.671.803-42, LUIZ CARLOS LIMA JUNIOR -RG 3.220.411, -CPF 059.355.003-02, MARCELO RAFAEL DE SOUSA SOARES CPF 615.446.123-20, MARCELO NUNES LIMA -CPF 908.161.453-34, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA AGUIAR -CPF: 474.468.203-06, MARIANE DE OLIVEIRA MOURA -CPF 069.821.603-27, MARILENE GOMES CELESTINO -CPF 907.534.451 -15, MARIA JONISLEIA DE DEUS -CPF 045 758 613-32 / RG 3.123 660, MARIA RAIANNY CARVALHO DOS REIS -CPF 046.734.233.-48 / RG 3.395.771, MARC BURNIE DE SOUSA ALVES FERREIRA -CPF 035.966.653-10, MARCIONE DA SILVA SANTOS -CPF 038.274.383-06, MATUSALEM BRITO VIEIRA BORGES -CPF 039.322.933-08, MATHEUS CARVALHO ARAUJO -CPF 066.779.193-07, MIRELE SUELEN MARTINS GREGÓRIO -CPF 059.304.033-33, OLAVO ALVES LOPES -CPF 071.470.523-31 RG 3.510.782, PEDRO IGOR DE ALBUQUERQUE COSTA CPF 068.487.993-00 PATRÍCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO -CPF 050.145.183-89, PRISCILA BIANCA MORAES DOS SANTOS -CPF 064.859.673-70, RAFAELA DA SILVA LUSTOZA MARQUES. CPF : 032.345.633-22 e RG: 3.408.844, RAFAELA MATOS PORTELA -CPF 633.327.603-00, RAQUEL MENDES BARROSO DOS SANTOS -CPF 958.995.963-68, RHANNA DE AZEVEDO SERAINE CUSTÓDIO -RG 3317903 -CPF 039.753.933-94, RAIMUNDO NONATO MARTINS RODRIGUES JÚNIOR -CPF 067.972.593-80, RAIMUNDO DA PAZ SARAIVA NETO -CPF 062.632.513-79 -RG 3.536.503, RAVENA MARIA BEZERRA VIEIRA DE ARAÚJO -CPF 028.557.193-13, RODRIGO SOARES DE SOUSA -CPF 072.006.983-18, RODRIGO LIMA RODRIGUES -CPF 058.697.113-04, ROMILSON MEDEIROS ROCHA -CPF: 979.425.963-20, RUI BARBOSA DE SOUSA -CPF 872.778.323-53, SAMIA GOMES SOUSA CORREIA -CPF nº 002.720.973-30, SIMONE MORAIS CASTELO BRANCO CERQUEIRA DE AGUIAR -CPF 059.533.713-15, TAYNÁ CERQUEIRA DOS SANTOS -CPF 073.433.353-67, VANUELLE FONTENELE DE SOUSA -CPF 061.765.453-07, VICTORIA KELLER DA FONSECA BESERRA -CPF 062.755.023-12 VIRGINIA AGUIAR DE ARAUJO -CPF 893.859.693-15, WANDERSON DOS SANTOS MACEDO -CPF 025.192.813-67, WALLYSON MARQUES DE SOUSA -CPF 064.022.903-43, WELLINGTON DAS NEVES SOARES -CPF 946.380.123-53, WHALLEF BERNARDES LOPES -CPF 605.022.943-02, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO -CPF 022.632.013-86

Podendo os mesmos responder nesta qualidade a todos os termos do PROCESSO Nº 08217609820198180140 que é Parte Autor (a) Srº(a) JOAO VITOR SENA SAMPAIO, tramitando perante o(a) 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI.

Teresina (PI), 23 de outubro de 2019.

  
HERISON HELDER PORTELA PINTO  
ADVOGADO OAB/PI 5367/07

  
Ednan Soares Coutinho  
OAB/PI 1841/88



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 23/10/2019 17:32:48

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910231732480260000006562063>

Número do documento: 1910231732480260000006562063

Num. 6864542 - Pág. 1





**EDNAN COUTINHO**  
Advogado Assessor  
CNPJ: 08.571.825/0001-08


## SUBSTABELECIMENTO

O ADVOGADO DR. HERISON HELDER PORTELA PINTO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 5367/07 e EDNAN SOARES COUTINHO advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 1841/88 SUBSTABELECEM, COM RESERVA DE IGUAIS, NA PESSOA DOS ADVOGADOS (A):

ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7.734, ALEXANDRA BEZERRA DE SOUSA OAB/PI SOB O N.º 9051, ANDRESSA STERPHANNIE AMARAL DE ESCORCIO SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 14.239 AGEU ALVES DE SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 13.784, ALANA CELINA BATISTA LIMA - OAB/PI SOB O N.º 14.148, ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR - OAB/PI SOB O N.º 7.734 - ANDREY CARLOS SILVA SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 12.549, ANTONIA MARIELE CIRLEY MARTINS RODRIGUES - OAB/PI SOB O N.º 11583, ARTUR DA SILVA BARROS - OAB/PI SOB O N.º 13.398, ATUALPA RODRIGUES DE CARVALHO NETO, OAB/PI SOB O N.º 14.026, BRUNO LOPES BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 15.626, CAMILA MESQUITA BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 12.69, CAMILLA FARIAS DE C. VIEIRA- OAB/PI SOB O N.º 10688, CLODOMIR CASTRO BRAGA-OAB/PI SOB O N.º 8690, DANIEL JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO CORREIA OAB/PI SOB O N.º 4825, DANILO RIBEIRO CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 8.697, DENIS RIBEIRO CARVALHO OAB/PI SOB O N.º 16.621, DOUGLAS HALEY FERREIRA DE OLIVEIRA-OAB/PI SOB O N.º 10.281, EDSON RENAN DA SILVA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 9930, EGON CAVALCANTE SOARES -OAB/PI SOB O N.º 14.644, ELKENIELLE MENDES FEITOSA-OAB/PI SOB O N.º 4.313, FAGNNER PIRES DE SOUSA, OAB/PI SOB O N.º 8960 FÁBIO SOARES GOMES-OAB/PI SOB O N.º 15.459, FELIPE CARVALHO DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 13.379, FERNANDO ÍTALO SÁ VARANDA -OAB/PI SOB O N.º 18023, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 11.420, FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO MADEIRA CAMPOS NETO-OAB/PI SOB O N.º 14350, FABIO SOARES GOMES OAB/PI SOB O N.º 15.459 FLÁVIA LETÍCIA COELHO VIANA-OAB/PI SOB O N.º 9.947, FRANCISCO GESSIÊ DA ROCHA VIANA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 9.456, FREDSON OLIVEIRA VIEIRA -OAB/PI SOB O N.º 15.976, GLEYSON VIANA DE CARVALHO -OAB/PI SOB O N.º 4.442, GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO OAB/PI SOB O N.º 12.713, GLIMÁRIO RIBEIRO DE ALMEIDA-OAB/PI SOB O N.º 14.060, HARISON MOURÃO MILANES -OAB/PI SOB O N.º 14688, HILSON CUNHA NOGUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.870, IVAN BANDEIRA DE MELO DE DEUS -OAB/PI SOB O N.º 11.772, JACINTO VIEIRA DE BRITO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 12.570 JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR-OAB PI SOB O N.º 7722, JOSÉ FELIPE LUSTOSA DE SOUSA-OAB/PI SOB O N.º 11.260, JOSTIANNE SARAIVA BARBOSA DA SILVA -OAB/PI SOB O N.º 13592, LUANA DA CUNHA LOPES-OAB/PI SOB O N.º 9.152, LUAN FERNANDES DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 16.267, LUCAS BARBOSA DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 7.994, LUIS ÂNGELO DE LIMA E SILVA-OAB/PI SOB O N.º 6.722,LURDIANA GOMES DO NASCIMENTO-OAB/PI SOB O N.º 9.878, MÁRCIA RAVENA PACHECO MARTINS MOURA-OAB/PI SOB O N.º 9.041, MATHEUS TERSANDRO DE CASTRO BRANDÃO-OAB/PI SOB O N.º 13.778, MARIANO GIL CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA -OAB/PI SOB O N.º 17.066, MARÍLIA DIAS SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 16.412,MARIA VITORIA DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 9.598, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO CERQUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.266, MARCELO CARVALHO RODRIGUES -OAB/PI SOB O N.º 12.530, MARIANY DOS REIS ARAÚJO DE SOUSA-OAB PI SOB O N.º 15.285, MAYARA DE MOURA MARTINS-OAB PI SOB O N.º 11257, MILTON LUSTOSA NOGUEIRA DE ARAÚJO NETO-OAB PI SOB O N.º 14.347, MIKHAIL DE MORAIS VERAS DA FONSECA-OAB/PI SOB O N.º 12.825, MÔNICA ROCHA LUZ -OAB/PI SOB O N.º 7.640.NAPOLEÃO SOARES DO NASCIMENTO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7936, NÁDIA TALITA TAVARES DE SANTANA-OAB/PI SOB O N.º 13.294, PAULA ESTER PEREIRA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 11961, PAULA APARECIDA GUIMARAES COSTA SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 12.847, PAULO HENRIQUE NASCIMENTO DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 17081, PAULA REGINA DE CARVALHO SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 7.839, RACHEL RODRIGUES MACHADO BARROS-OAB/PI SOB O N.º 14487, REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º OAB/PI 10.317 RICELLY LUIZ DE BRITO OLIVEIRA TRINDADE-OAB/PI SOB O N.º 13.721, ROMILSON MEDEIROS ROCHA - OAB/PI 8709, ROMULO SILVA SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 10.133, SUSANA MARIA UCHÔA DE OLIVEIRA LEITE-OAB/PI SOB O N.º 7.793, TEREZINHA DE CASTRO FERREIRA-OAB/PI SOB O N.º 9.106, THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA -OAB/PI SOB O N.º 7558, THIAGO CARTUCHO MADEIRA CAMPOS-OAB/PI SOB O N.º 7.555, UBIRACI ALMEIDA BONFIM - OAB/PI 11584, WHALLEF BERNARDES LOPES -OAB/PI SOB O N.º 18.373, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO-OAB/PI SOB O N.º 9.640, ZULMIRA DO ESPÍRITO SANTO CORREIA-OAB/PI SOB O N.º 4.385 E VALDENICE GOMES CELESTINO -OAB/PI SOB O N.º 12.112

Os poderes que lhe foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, n.º 74,5.º andar, inscrita no CNPJ SOB N.º 09.248.608/0001-04, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move **JOAO VITOR SENA SAMPAIO**, em curso perante a(o) **10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**. Nos autos do Processo N.º 08217609820198180140. Contudo - para que se produza os efeitos legais - o nome a ser registrado na capa dos autos do processo em epígrafe é do advogado - **DRA. EDNAN SOARES COUTINHO - OAB/PI N.º 1841** - com endereço profissional situado na Rua Barroso, 646/N, Centro, Teresina (PI), CEP 64000-130 - devendo este ser comunicado de eventuais intimações de praxe (inclusive publicações oficiais) - **SOB PENA DE NULIDADE**.

Teresina (PI), 23 de outubro de 2019.

  
HERISON HELDER PORTELA PINTO  
ADVOGADO OAB/PI 5367/07

  
Ednan Soares Coutinho  
OAB/PI 1841/88

Rua Barroso, N.º 646/N - Centro - Fone/Fax: (86) 3222.4476 / 9991.1885 - CEP: 64.000-130 - Teresina-PI



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 23/10/2019 17:32:48

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102317324827800000006562073>

Número do documento: 19102317324827800000006562073

Num. 6864852 - Pág. 1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

Nome: JOAO VITOR SENA SAMPAIO  
Endereço: Rua Santa Teresinha, 4643, Satélite, TERESINA - PI - CEP: 64059-140

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: Rua Barroso, 101, (Zona Sul) - até 1365/1366, Centro, TERESINA - PI - CEP: 64001-130

DESPACHO-CARTA

Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo fica a RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. ciente do conteúdo abaixo:

DESPACHO-CARTA
01 – Em face da fundamentação expendida na inicial, da qual se extrai alegação de hipossuficiência financeira da parte autora, defiro a gratuidade da justiça para a tramitação do processo nesta fase (CPC, art. 99, §3º). <u>Por outro lado, havendo alteração na situação financeira da suplicante, o tema será reavaliado no curso do processo ou em sede de sentença.</u>
02 – Presentes os requisitos essenciais da inicial e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, bem assim considerando que a matéria em discussão se apresenta passível de resolução consensual, designo audiência de conciliação/mediação para o dia para o dia 05 de novembro de 2019, às 8h30min, na sala de audiência desta Vara, no Fórum local. <b>Cite-se o réu com pelo menos 20 dias de antecedência para comparecer à audiência (CPC, art. 334) e intime-se o autor(a) para comparecer ao referido ato</b> , via advogado (CPC, art. 334, §3º).
03 – O réu poderá oferecer contestação/resposta, por petição, no prazo de 15 dias, cujo termo inicial será a data: a) - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; b) - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do <u>art. 334, § 4º, incisos</u> ; c) - prevista no <u>art. 231</u> , de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos, tudo conforme dispõe o art. 335 do Código de Processo Civil.
04 – Conste do mandado que <b>o não comparecimento injustificado do autor ou</b>



do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, bem assim que as partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, §§ 8º e 9º do art. 334). Conste, também, que, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (CPC, 344).

05 – Quanto à tutela de urgência, conquanto relevantes os argumentos assentados na inicial, vislumbro que a matéria em debate se apresenta complexa e demandaria justificação prévia do alegado, nos termos do §2º do art. 300 do CPC, razão pela qual deixo para apreciá-la após a formação do contraditório para melhor compreensão do tema.

**DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO-CARTA E COMO MANDADO, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA ARMP.**

Expedientes necessários. Intime(m)-se.

TERESINA-PI, 25 de setembro de 2019.

**EDSON ALVES**  
**Juiz de Direito da 10ª Vara Cível**





**PROCESSO Nº: 0821760-98.2019.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: JOAO VITOR SENA SAMPAIO**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação processual, verificando, também, que a parte autora requereu os benefícios da gratuidade da justiça, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 30 de agosto de 2019.

**ALEXANDRE EULALIO DE PADUA**

**Analista Judiciário**







**Polícia Militar do Piauí**  
**HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**



**RECEITUÁRIO**

**CORRETORA  
DE SEGUROS**

26 SET 2018

**DPVAT**

Paciente: \_\_\_\_\_

LAUDO MEDICO

Declaro, para os devidos fins, que  
JOÃO VITOR SILVA SAUPEIRO, vítima  
de acidente de trânsito em 17 de dezembro  
de 2017, foi atendido e operado do  
rótulo distal exposto no HVT e  
ao final do tratamento apresenta  
dor crônica, edema e limitação  
funcional em torno de 50%. CID-10:  
M25.5x S52.5

Flávio Maciel B. de S. Coutinho  
Ortopedista e Traumatologista  
CRM-PI 3102

Teresina(PI), 18/07/2018

Médico

"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"

Av. Higino Cunha, 1642 • Bairro Ilhotas • Fone: (86) 3216-1256 • Fax: (86) 3216-1520  
CEP: 64.014-090 • Teresina-Piauí • CNPJ: 07.444.159/0002-25 • CMC: 035.372-8



**SINISTRO 3180449790 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA JOAO VITOR SENA SAMPAIO****COBERTURA Invalidez****PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO PACHECO****JUNIOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP****BENEFICIÁRIO JOAO VITOR SENA SAMPAIO****CPF/CNPJ: 07075117394****Posição em 18-06-2019 16:58:23**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

30/10/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50
------------	--------------	----------	--------------

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL 3.860.603

NOME JOÃO VITOR SENA SAMPAIO

FILIAÇÃO SHIRLEY SENA SAMPAIO

NATURALIDADE TERESINA-PI

DOC. ORIGIN CERT. NASC. 659 L A01 F 165V

CPF TERESINA-PI 11/01/00

TERESINA - PI

DATA DE NASCIMENTO 28/11/1998

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/06/83 - DECRETO Nº 89.250/83

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

05 JUN 2018

DPVAT

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

ASSINATURA DO TITULAR

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

0120906

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

06 ABR 2018

DPVAT





## HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

### LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO VITOR SENA SAMPAIO** (Prontuário: 433487)  
Endereço: RUA SANTA TERESINHA 4696 - SATELITE - TERESINA - PI CEP: 64000-000  
Nascimento: 28/11/1998 Idade: 18a:3m:4d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 182744  
Requisição: 714093 Solicitação: 22/01/2017 Solicitante: AYRANA SOARES AIRES  
Controle: 890126 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 229 LEITO 218

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204040019

Data Exame: 22/01/2017

### ANTEBRACO DIREITO

O estudo radiológico do antebraço esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
os seguintes aspectos foram observados:

- Controle pós-operatório.
- Fraturas alinhadas, com fixação metálica, no terço distal do rádio e ulna esquerdos.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

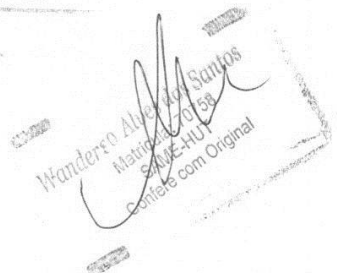
(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 01/02/2017

**VERA LUCIA RIOS ARAUJO**

CPF: 227.528.623-34 CRM - 1727

Profissional Responsável







Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.000641/2018-61**

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO pelo Registro: Almiralce Ribeiro Lebre Carlos

Data/Hora: 15/02/2018 - 18:06

**DADOS DA OCORRÊNCIA**

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

PI 112, Nº:

Complemento

Data/Hora

17/12/2017 - 08:00

Bairro

SOCOPO

Ponto de Referência

SITIO BRASIL

ORIGINAL

**DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS**

Nome: JOÃO VITOR SENA SAMPAIO

RG: 3860603

Mãe: SHIRLEY SENA SAMPÁIO

Endereço: RUA SANTA TERESINHA, Nº 4643

Bairro: SATÉLITE

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-9517-5079

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

PJ CORRETOI  
DE SEGURO

05 JUN 2018

DPVA

**NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA**

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

**RELATO DA OCORRÊNCIA**

RELATA A VITIMA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 160, ANO 2016, PLACA PIM-0736, PROPRIETÁRIO DLEYCY INES MATOS, CPF 02095766342, RELATA A VITIMA QUE TRAFEGAVA NA PI 112, QUANDO UM VEICULO QUE TRAFEGAVA NA MESMA PI 112 NÃO IDENTIFICADO FEZ UMA ULTRAPASSAGEM E COLIDIU COM A MOTO DA VITIMA, LESIONADO FOI SOCORRIDO PELO SAMU E ENCAMINHADO PARA O HUT, PRONTUÁRIO 433487. ERA O QUE TINHA A NOTICIAR.

Almiralce Ribeiro Lebre Carlos - Mat. 0097616

AGENTE DE POLÍCIA

Almiralce R. Lebre Carlos

Escrivã Especial

Mat.: 009761-6

JOÃO VITOR SENA SAMPAIO - Noticiante

Responsável pela Informação

Delegado de Polícia

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

06 ABR 2018

DPVAT



**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**9FFA.6CF6.4C7C.F4B7**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço **www.receita.fazenda.gov.br**

Comprovante emitido pela  
 Secretaria da Receita Federal do Brasil  
 do dia 05/02/2013 (hora e data de Brasília)  
 às 13:08:51  
 dígito verificador: 00

**DPVAT**  
**PJ CORRETORA**  
**DE SEGUROS**  
 05 JUN 2018

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Receita Federal**  
**Cadastro de Pessoas Físicas**

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

**Número**  
**070.751.173-94**

**Nome**  
**JOAO VITOR SENA SAMPAIO**

**Nascimento**  
**28/11/1998**

**VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**

**DPVAT**  
**PJ CORRETORA**  
**DE SEGUROS**  
 06 ABR 2018





ORIGINAL



3180449790

*Documentos em*

**PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS**

*comprovante residência*

Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

**IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO**

ASL-0199612/18  
Vítima: JOAO VITOR SENA SAMPAIO  
CPF: 070.751.173-94

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 17/12/2017  
Titular do CPF: JOAO VITOR SENA SAMPAIO

**DOCUMENTOS ENTREGUES**

**Sinistro**

Boletim de ocorrência  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Declaração do Proprietário do Veículo  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT  
Outros

**JOAO VITOR SENA SAMPAIO : 070.751.173-94**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

**ATENÇÃO:**

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

**Portador da documentação entregue**

Data da entrega: 05/06/2018  
Nome: JOAO VITOR SENA SAMPAIO  
CPF/CNPJ: 070.751.173-94

JOAO VITOR SENA SAMPAIO

**Responsável pelo cadastramento na seguradora**

Data do cadastramento: 05/06/2018  
Nome: PATRICIA MARIA FERREIRA GENTIL  
CPF: 059.344.647-01

PATRICIA MARIA FERREIRA GENTIL





Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: 070 751 173-94 CPF da Vítima: 070 751 173-94 Nome completo da vítima: João Vitor Soma Sampaio

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo <u>João Vitor Soma Sampaio</u>	CPF titular da conta <u>070 751 173-94</u>	Profissão <u>Pequeno</u>
Endereço <u>Rua Santa Teresinha</u>	Número <u>4643</u>	Complemento
Bairro <u>Satélite</u>	Cidade <u>Teresina</u>	Estado <u>Piauí</u>
Email	CEP <u>64059-295</u>	Telefone (DDD) <u>86-99997-0660</u>

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00  
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☐ **CONTA POUPANÇA** (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)  
☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)  
☒ **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)**

**AGÊNCIA** NRO. 1606 D/V ☐ **CONTA** NRO. 103027 D/V 1  
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

☐ **CONTA CORRENTE** (todos os bancos)  
**BANCO** Nome  NRO.   
**AGÊNCIA** NRO.  D/V  **CONTA** NRO.  D/V   
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

05 JUN 2018

DPVAT

João Vitor Soma Sampaio  
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Local e Data

06 ABR 2018

DPVAT

ORIGINAL

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017





Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interditada com curador** – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

*João Vitor Sena Sampaio*

CPF da Vítima

*07075117394*

Data do Acidente

*17/12/2017*

**REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA**

Nome completo do Representante Legal

*João Vitor Sena Sampaio*

CPF do Representante legal

*07075117394*

Telefone (DDD)

*86-99997-0660*

Email

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

**Assinalar uma das opções abaixo:**

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal - IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

05 JUN 2018

DPVAT

ORIGINAL

*Teresina*, 16 de *Fevereiro* de 2018

Local e Data

*João Vitor Sena Sampaio*

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017



# Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Dleycy Ines Araujo Mota,  
RG nº 5033749-1, data de expedição 22/10/2004,  
Órgão SSP-PJ, portador do CPF nº 020 957 663-47 com  
domicílio na cidade de Teremopolis, no Estado de  
Rio de Janeiro, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
Rua A12 e 07 Vale do Camarões, nº \_\_\_\_\_,  
complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima João Vitor Sena Sampaio cujo o condutor era  
João Vitor Sena Sampaio.  
Veículo: Motocicleta  
Modelo: HONDA / CB 160 Start  
Ano: 2016/2016  
Placa: PIM 0736  
Chassi: 9C2KC25006R031278  
Data do Acidente: 17.12.2017  
Local e Data: Timon. 15.02.18



Dleycy Ines Araujo Mota  
Assinatura do Declarante

ORIGINAL

João Vitor Sena Sampaio  
Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )



Cartório do 1º Ofício  
TIMON-MA  
Reconheço como verdadeira(s) a(s) firma(s) de:  
Dleycy Ines Araujo Mota  
Em Testemunho [assinatura] da verdade.  
Timon-MA, 15/02/2018  
Ruth Maria de Oliveira  
Escrivente Substituta





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

0126985

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.860.603 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/02/13

NOME JOÃO VITOR SENA SAMPAIO

FILIAÇÃO SHIRLEY SENA SAMPAIO

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 28/11/1998

DOC. ORIGEM CERT.NASC. 659 L A01 F 165V EXP TERESINA-PI 11/01/00

CPF TERESINA - PI Perito Criminal ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

06 ABR 2018

DPVAT

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
070.751.173-94

Nome  
JOAO VITOR SENA SAMPAIO

Nascimento  
28/11/1998

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
9FFA.6CF6.4C7C.F4B7

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 13:08:51 do dia 05/02/2013 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI N° 011973293905  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
000028983

VIA 1 COD. RENAVAM 01094894580 RNTTC EXERCÍCIO 2016

NOME  
DILEYCY INES ARAUJO MATOS

CPF/CNPJ 02095766342 PLACA PIM-0736

PLACA ANT/UF 9C2KC2500GR031278

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/NENHUMA COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CG 160 START ANO FAB. 2016 ANO MOD. 2016

CAP/POT/CIL 02P/0162CC CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 1º IPVA 2º 3º PAGO

FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO/COTAS 00000000

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

SEGURO PAGO

OBSERVAÇÕES  
PBT: 000.29  
ALIENACAO FIDUCIARIA  
ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA L

LOCAL TERESINA DATA 18/08/2016

ABRAO MARTINS DO REGO LORAO  
DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NAQ/SEGURO DPVAT

PI N° 011973293905 BILHETE DE SEGURO DPVAT

02095766342 PIM-0736 2016

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

05 JUN 2016 EXERCÍCIO 2016 DATA EMISSÃO 18/08/2016

VIA 1 CPF / CNPJ 02095766342 PLACA PIM-0736

RENAVAM 01094894580 MARCA / MODELO HONDA/CG 160 START

ANO FAB. 2016 CAT. TARIF. Nº CHASSI 9C2KC2500GR031278

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 053,76	DETRAN (R\$) 005,97	CUSTO DO SEGURO (R\$) 059,73
CUSTO DO BILHETE (R\$) 004,15	IOF (R\$) 000,46	TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$) 124,10

PAGAMENTO ☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 17/08/2016

SEGURADORA LÍDER - DPVAT  
CNPJ 09.248.608/0001-04  
www.seguradoralider.com.br

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS  
06 ABR 2018  
DPVAT



**SOLICITAÇÃO**

**A FENASEG:**

**VITIMA:** João Vitor Sampaio

**SINISTRO:**

Informo a essa respeitada Empresa que sofri acidente de trânsito, e adquiri debilidade permanente em decorrência do acidente. Eu não tive condições de continuar meu tratamento pois não tive condições financeiras para fazer tratamento médico nem particular e nem pelo SUS, por que o posto médico fica longe da minha residência e não tinha condições de assumir as passagens para o dia dos atendimentos. Todo o documento que tenho referente ao meu tratamento médico são esses que eu já enviei e não tenho mais outro para mostrar. Por isso, peço que eu seja examinado pela pericia medica de V.Sa(s).

Esclareço que sou pessoa humilde e necessito dessa indenização.

Caso não seja realizada pericia vou reclamar meu direito ao recebimento do seguro na Susap e com Ação Judicial, pois a própria seguradora diz em propagandas na TV que todo acidentado tem direito ao seguro dpvat.

Por ser pessoa pobre e sem conhecimento educacional eu nunca soube que existia esse seguro, e ao tomar conhecimento dele, venho requerer meu direito.

Sendo assim, conto com a colaboração desse órgão.

Assinatura:

João Vitor Sampaio

Data:

Todos os documentos médicos que tenho são de caráter em novo, e não tenho condições de estar com novos exames, pois que eu não disponho para que a Seguradora possa fazer o que eu quero. Tenho algumas perícias, pois não consigo pagar mais exames, pois não tenho dinheiro para isso. Com pouca humildade.







Seguradora Líder • DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA João Vitor Sena Sampaio CPF DA VÍTIMA 07075117394  
DATA DO ACIDENTE 17/12/2017  
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ( ) REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM  
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR VÍTIMA  
A VÍTIMA É João Vitor Sena Sampaio  
ENDEREÇO DO PORTADOR Rua Santa Teresinha BAIRRO Satélite  
Nº 464B COMPLEMENTO UF MA CEP 99997-0660  
CIDADE Turvenha TELEFONE (86) 99997-0660  
E-MAIL

MAQUETE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ( ) REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)  
( ) CARTER DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) CARTER DE TRABALHO OU CARTER NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS  
( ) NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)  
( ) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- ( ) CARTER DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTER NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)  
( ) OBS: REPRESENTANTE LEGAL E QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- ( ) REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)  
( ) CARTER DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) CARTER DE TRABALHO OU CARTER NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS  
( ) NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)  
( ) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- ( ) CARTER DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTER NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)  
( ) OBS: REPRESENTANTE LEGAL E QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- MORTE = R\$ 13.500,00  
• INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.  
• DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.

VALORES DE INDENIZAÇÃO

- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA  
• COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO  
• PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 06/04/18  
IDENTIDADE 3200603  
ASSINATURA TIAGO LUIZ TEIXEIRA

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA 06/04/18  
NOME TIAGO LUIZ TEIXEIRA  
ASSINATURA TIAGO LUIZ TEIXEIRA





Estado do Piauí  
Prefeitura Municipal de Teresina  
Fundação Hospitalar de Teresina - FHT

# REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU



SAMU  
192

Dados do Chamado	01 Nº. do chamado	2259	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	08:14	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital
Local da Ocorrência	10 Endereço	PI 112		12 Município	TERESINA - PI
	11 Bairro	SOLCO PO		13 Ponto de referência	BRASIL
Dados do Paciente	14 Nome	JOÃO VITOR SEMU SAMPÃO		15 Sexo	1 - Masculino 2 - Feminino 9 - Ignorado
	16 Idade	28/11/98	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?	1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado	18 - Outros
Tipo de Ocorrência	01 - Acidente de transporte	06 - Tentativa de suicídio	11 - Queda	16 - Outros	05 JUN 2018
	02 - Agressão física-espantamento	07 - Envenenamento	12 - Urgência clínica	17 - Já removido	
Acidente de Transporte	03 - Agressão física-FAF	08 - Afogamento	13 - Urgência obstétrica	18 - Falso chamado	
	04 - Agressão física-FAB	09 - Queimadura	14 - Transferência		
Vítima	05 - Urgência psiquiátrica	10 - Choque elétrico	15 - Exames complementares		
	19 Vítima	20 Meio de locomoção	21 Outra parte envolvida	22 Equipamentos de segurança	
Exame Físico	1 - Pedestre	1 - A pé	1 - Automóvel	5 - Objeto fixo	
	2 - Condutor	2 - Automóvel	2 - Motocicleta	6 - Animal	
Assistência	3 - Passageiro	3 - Motocicleta	3 - Ônibus/Micro-ônibus	7 - Outra	
	9 - Ignorado	4 - Bicicleta	4 - Bicicleta	9 - Ignorado	
Hospital de Destino	23 Glasgow = 15	24 Sinais Vitais	25 Local da lesão		
	26 Pupilas	27 Pulso	28 Sanguinamento	29 Dor	
Observações Interdisciplinar	29 Dor	30 Fratura	31 Procedimentos realizados	32 Hospital de Destino	
	33 Condições de entrada	34 Óbito	35 Responsável pela recepção	36 Socorristas	

*Observações Interdisciplinar:*  
Paciente com sinais de embriaguez, sofreu queda da motocicleta a prescrição de pontos fechados com pontos e + encurtados. Paciente recebeu imobilização com prancha e cota.

*Socorristas:* Médico AE/TE, Enfermeiro, Condutor.



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**  
 Rua D. ... 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872  
 TERESINA - CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO VITOR SENA SAMPAIO** (Prontuário: 433487)  
 Endereço: RUA SANTA TERESINHA 4696 - SATELITE - TERESINA - PI CEP: 64000-000  
 Nascimento: 28/11/1998 Idade: 19a:1m:19d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 641867  
 Requisição: 799126 Solicitação: 17/12/2017 Solicitante: NAGELE DE SOUSA LIMA  
 Controle: 990694 Convênio: S U S

### RELATÓRIO:

Data Exame: 17/12/2017

Cod. SIA: 0206010079

### T.C. DE CRANIO

**TÉCNICA:** Foram realizados cortes axiais de 5 e 10mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal.

#### RELATÓRIO:

- PARENQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA- AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

TERESINA - PI 17/12/2017

(JOAO ANTONIO)

**LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS**

CPF: 890.717.783-04 CRM 3508 PI  
 Profissional Responsável



Marcelo V. de  
 Sá  
 Coordenador Geral

*[Handwritten signature]*







HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT  
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO VITOR SENA SAMPAIO** (Prontuário: 433487)  
Endereço: RUA SANTA TERESINHA 4696 - SATELITE - TERESINA - PI CEP: 64000-000  
Nascimento: 28/11/1998 Idade: 19a:1m:19d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 641867  
Requisição: 799126 Solicitação: 17/12/2017 Solicitante: NAGELE DE SOUSA LIMA  
Controle: 990694 Convênio: S U S

### RELATÓRIO:

Data Exame: 17/12/2017

Cod. SIA: 0206010079

### T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais de 5 e 10mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal.

#### RELATÓRIO:

- PARENQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA-AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 17/12/2017

**LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS**

CPF: 890.717.783-04 CRM 3508 PI  
Profissional Responsável



Kassia Lúcia de  
Macedo  
Sampaio  
Coordenadora de  
Atendimento





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT  
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Pág: 1 de 1

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO VITOR SENA SAMPAIO** (Prontuário: 433487)  
Endereço: RUA SANTA TERESINHA 4696 - SATELITE - TERESINA - PI CEP: 64000-000  
Nascimento: 28/11/1998 Idade: 19a:1m:19d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 641867  
Requisição: 799126 Solicitação: 17/12/2017 Solicitante: NAGELE DE SOUSA LIMA  
Controle: 990694 Convênio: S U S

### RELATÓRIO:

Data Exame: 17/12/2017

Cod. SIA: 0206010079

### T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais de 5 e 10mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal.

#### RELATÓRIO:

- PARENQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA- AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 17/12/2017

**LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS**

CPF: 890.717.783-04 CRM 3508 PI  
Profissional Responsável



Wanderson Alves dos Santos  
Matrícula: 70968  
SAME-HUT  
Confere com Original



Alton



HOSPITAL  
DE URGÊNCIA  
DE TERESINA

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

05 JUN 2018

DPVAT

NOME DO PACIENTE:

João Vitor Senna Simplicio

NÚMERO DO PRONTUÁRIO:

433487

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

06 ABR 2018

DPVAT

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME  
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO  
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS  
À SUA UTILIZAÇÃO".







HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT  
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Corrupção

CMR - Corrupção  
MUNDO - OK!

# BOLETIM DE ENTRADA - BE

NHEO 2002/57  
as 08:15hs

Impr: 17/12/2017 08:44:57

(User: HELENILSA)  
(Estação: ACCR01)

## DADOS DO PACIENTE:

Nome:	JOAO VITOR SENA SAMPAIO	Prontuário:	433487
Mãe:	SHIRLEY SENA SAMPAIO	Pai:	
End.Resid.:	RUA SANTA TERESINHA 4696 - SATELITE - TERESINA - PI - CEP: 64000-100		
Nascimento:	28/11/1998	Idade:	19a:1m:19d
Responsável:	O MESMO	Sexo:	Masculino
Profissão:	MONTADOR	Fone:	86-99443-9626
G. Instrução:	Médio Incompleto	CNS:	700607452965468
End.Local.:		Documento:	CPF:
		E.Civil:	Solteiro(a)

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

05 JUN 2018

## DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	641867	Data:	17/12/2017 08:40:04	Condução:	AMBIÂNCIA DE SAM		
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)				Convênio:	CVAT	
Acid.Trab.:	Não	Acid. Trajeto:	Não	Acid. Trab. Típico:	Não	CID Secundário:	V299

## DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma:	Evento Principal:	Destino:	Classificação:
QUEDAS	Dor moderada	ORTOPEDISTA	Amarelo
Breve História:	Profissional Clas. Risco:		
pct vítima de queda de motocicleta evoluindo com fratura fechada em punho esquerdo	HELENILSA CORVALHO DE SOUSA COREN - 307586 Em: 17/12/2017 08:44:57		

## DADOS CLÍNICOS: (Hora: )

Paciente com sinais de Embriaguez. Não soube relatar o que aconteceu. Sem queixas algias. A = vias aéreas patentes, sem ruídos cervicais. B = MVO bilateralmente com RA. Sat = 99%. C = Pulso 82 bpm, forte, sem sinais de choque. D = Paciente consciente, levemente desorientado, com sinais de embriaguez. E = Abd inocente, excreções nos olhos e imobilização em MSE, pele estável.

PA	X	mmHg	Pulso:	82 bpm	FC:	bpm	Temp.:		CID:	
Diagnóstico Inicial:										

## CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

- RX punho esquerdo, TC de crânio  
TUTDR. ZENON ROCHA  
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA  
EXAME: Crânio  
DATA: 17/12/17

RADIO-X REALIZADO  
DATA: 17/12/2017  
Técnico: [assinatura]

## MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

DATA: 17/12/2017

HORA: 11:23

Se Internado, Indicar o Procedimento CID  
408020407  
Procedimento

Dr. Eduardo Damito  
Médico  
CRM-PI 3339  
Assinatura Profissional Médico

Assinatura Paciente ou Responsável





FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

DADOS DO PACIENTE:

DADOS DO PACIENTE:		Prontuário: 433487	
Nome: JOAO VITOR SENA SAMPAIO		Pai:	
Mãe: SHIRLEY SENA SAMPAIO		End. Resid.: RUA SANTA TERESINHA 4696 - SATELITE - TERESINA - PI - CEP: 64000-000	
Nascimento: 28/11/1998	Idade: 19a:1m:19d	Sexo: Masculino	Fone: 86-99443-9626
Responsável: C MESMO	CNS: 700603453965468	Documento: CPF: - - -	
Profissão: MONTADOR	E.Civil: Solteiro(a)	G. Instrução: Médico Incompleto	
End. Local: - - -			

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

DADOS DO ATENDIMENTO:		
<u>Código:</u> 641867	<u>Data:</u> 17/12/2017 08:40:04	<u>Clas. Cor:</u> Amarelo
<u>Motivo da Procura:</u> ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC		<u>Convênio:</u> S-8-S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

15/03/2010  
 DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):  
 Data/Hora Solicitação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_:\_\_\_\_ ESPECIALISTA: NLM-  
 MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: -) Pelitnauma -) Etl  
 -) bem Clôuta Neuno lógica Bem.  
 Carimbo/Assinatura Solicitante  
 DADOS DO PARECER: Data/Hora: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_:\_\_\_\_ 71 Inqnie - bem  
 -) 5mm den em anqueleto lene neuno citingian  
 axial.  
 Id. - l. bna  
 Carimbo/Assinatura Prof. Parecer  
 -) Antecedida

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

**DADOS DA SOLICITAÇÃO (27):**

Data/Hora Solicitação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ ESPECIALISTA:

**MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:**

*Prs (homo) e (homo) (e).*

*2. Ho anjo.*

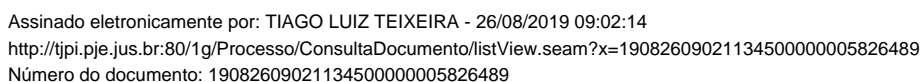
**DADOS DO PARECER:** Data/Hora: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PJ CORRETORA DE SEGUROS**

**DPVAT**

**Dr. Joaquim Barbosa Júnior**

**Carimbo/Assinatura Prof. Parecer**





**FMS**

Fundação Municipal de Saúde

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA**

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

DATA 19/12/12**BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO**

NOME DO PACIENTE:	<u>Roberto Lito Sampaio</u>			PROFISSIONÁRIO Nº:	
DIAGNÓSTICO:	<u>Reflexotomia Roda 2</u>			CIRURGIA:	<u>Ostomias</u>
ANESTESIA:	<u>BPB</u>			Nº DA SALA:	<u>09</u>
CIRURGIÃO:	<u>Dr. Caio Vaz de Almeida Neto</u> <u>Medico Otorrinolaringologista</u> <u>CRM-PI 3054</u>			CPF Nº:	
AUXILIAR:				CPF Nº:	
ANESTESIA:	<u>Dr. Carlos Augusto</u>			CPF Nº:	
INSTRUMENTADORA:	<u>Família</u>			CPF Nº:	

P.J. CORRETORA  
DE SEGUROS

05 ABR 2018

DPVAT

**MATERIAL DE CONSUMO**

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	01		LÂMINA DE BISTURI <u>no 24</u>	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº <u>4.5</u>	PAR	02	
AGULHA 40X12	UNID.	02		LUVA Nº <u>3.0</u>	PAR	01	
AGULHA RAQUE	UNID.	—		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	03	
ALCOOL 70%	ML	30		PVPI DE GERMANTE	ML	100	
ALGODÃO	BOLA	—		PVPI TÓPICO	ML	70	
ÁGUA OXIGENADA	ML	40		PVPI TINTURA	ML	—	
COMPRESSA <u>el 4 unid</u>	PAC.	03		SERINGA 20CC	UNID.	02	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	—		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	30		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.	—		SERINGA 3CC	UNID.	—	
FORMOL	ML	—		SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	04	
GASES	PAC.	03		SONDA URETRAL	UNID.	—	
JELCO Nº <u>10</u>	UNID.	01		<u>cateter de oxigênio</u>		01	
<b>FIOS</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				<u>Atadura de crepom</u>		<u>02 unid</u>	
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG							
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ALCOFIL							
MONONYLON	3.0	01					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL				CIRCULANTE:	<u>gachomp</u>		
PROLENE							

MOD - 094



Assinado eletronicamente por: TIAGO LUIZ TEIXEIRA - 26/08/2019 09:02:14

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082609021134500000005826489>

Número do documento: 19082609021134500000005826489

Num. 6088663 - Pág. 24





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT  
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO VITOR SENA SAMPAIO** (Prontuário: 433487)  
Endereço: RUA SANTA TERESINHA 4696 - SATELITE - TERESINA - PI CEP: 64000-000  
Nascimento: 28/11/1998 Idade: 19a:1m:25d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 641867  
Requisição: 799125 Solicitação: 17/12/2017 Solicitante: NAGELE DE SOUSA LIMA  
Controle: 990693 Convênio: SUS

### RELATÓRIO:

Data Exame: 17/12/2017

Cod. SIA: 0204040124

### PUNHO ESQUERDO

O estudo radiológico do punho esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

- Fraturas antigas consolidadas distais nos ossos do antebraço fixados com placas e parafusos metálicos.
- Fratura transversa completa recente distal no rádio com desvio.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 23/12/2017

**CARLOS AUGUSTO MOURA FE**

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341  
Profissional Responsável



Wanderson Alves dos Santos  
Médico  
SAM HUT  
Conteúdo Original





**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**  
 Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872  
 TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOAO VITOR SENA SAMPAIO** (Prontuário: 433487)  
 Endereço: RUA SANTA TERESINHA 4696 - SATELITE - TERESINA - PI CEP: 64000-000  
 Nascimento: 28/11/1998 Idade: 19a:4m:26d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 204535  
 Requisição: 799831 Solicitação: 19/12/2017 Solicitante: CAIO VAZ DE OLIVEIRA NETO  
 Controle: 991492 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 231 LEITO 229

### RELATÓRIO:

Data Exame: 19/12/2017

Cod. SIA: 0204040019

### ANTEBRACO ESQUERDO

O estudo radiológico do antebraço esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
 os seguintes aspectos foram observados:

- Fraturas nas diáfises distais do rádio e da ulna fixadas com placas e parafusos metálicos.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 26/03/2018

**LUCIANA MARINHO VIANA BORGES**

CPF: 462.797.253-91 CRM-PI 2591  
 Profissional Responsável



*Manoelto Alves dos Santos*  
 Médico - ROR 10788  
 SAE HUT  
 Colocar em Original



# PRESCRIÇÃO MÉDICA



PRONTUÁRIO	D. NASCIMENTO	CLJ	ENE em APL	LEITO
ALERGIAS		MÉDICO ASSISTENTE/ ESPECIALIDADE		
HORÁRIO		OBSERVAÇÕES		
<p>NOME DO PACIENTE: <b>SONA JANDIAN</b></p> <p>DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES: <b>DEPRIVAÇÃO</b></p> <p>DATA: <b>17/12/17</b> HORA: <b>14h05</b></p> <p>PRESCRIÇÃO MÉDICA:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Dieta-geral</li> <li>2 - SE 0,9% 500ml EV de 12/12h</li> <li>3 - Dipirona 01 amp + ADEV 6/6h</li> <li>4 - Tenoxicam 20mg + ADEV 12/12h</li> <li>5 - Ranitidina 50mg + ADEV 8/8h</li> <li>6 - Plasil 01 amp + ADEV 8/8h</li> <li>7 - CCGG + SSVV</li> </ol> <p>Assinatura: <i>[assinatura]</i> Data: <b>06/08/19</b></p> <p>Visto Médico: <i>[assinatura]</i> Data: <b>06/08/19</b></p> <p>Exame Hemograma: <b>CRP 37,163</b></p>				

SECRETARIA  
DE SEGUROS

06 Abr 2018

DEMAT

Dr. Teófilo Soares  
Coordenador de Atendimento  
CRM-PR 14481-1/1400





# RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

centro cirúrgico

Nome do Paciente

Dr. João Luiz Teixeira

Diagnóstico pré-operatório

Operação - Tipo

Ressecção de pâncreo e fígado

Cirurgião

Dr. João Luiz Teixeira  
CRM 13054

2º Assistente

3º Assistente

1º Assistente

Anestesista

Anestesia

Anestésico(a)

Data da Operação

19/12/17

Início

Fim

Diagnóstico Pós-operatório

O mesmo a feitura anexo anexo

Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

COORDENADOR DE SEGUROS  
06 ABR 2018  
DPVAT

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

(Técnica, Ligadura, Sutura, Drenagem, Fechamento)

- Fagotomia subcutânea - Anestesia - Anestesia  
- Ressecção de pâncreo e fígado - Anestesia - Anestesia  
- Pâncreo e fígado - Anestesia - Anestesia  
- Pâncreo e fígado - Anestesia - Anestesia  
- Fagotomia subcutânea - Anestesia - Anestesia

Dr. João Luiz Teixeira  
CRM 13054

# *Escritório de Advocacia*

---

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - PIAUÍ.**

**JOÃO VITOR SENA SAMPAIO**, brasileiro, Identidade (RG) nº 3.860.603 SSP-PI e, CPF. nº 070.751.173-94, residente e domiciliado na rua Santa Teresinha, 4643, cidade de Teresina, B Satélite, Teresina, Estado do Piauí, por seus procuradores, *in fine*, mandato anexo, onde recebem as comunicações de estilo, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, , propor apresente:

<p><b>AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT</b></p>
--

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOSDPVAT S/A**, pessoa jurídica de pessoa privada, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, CEP nº 20031-201, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:





# *Escritório de Advocacia*

---

Por oportuno, os advogados subscritores desta declaram, sob sua responsabilidade pessoal, a autenticidade das cópias de documentos acostados a estainicial.

## **I -PRELIMINARMENTE**

### **DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente **o Autor** declara, sob as penas da Lei, que não está em condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, e pleiteia os benefícios da Justiça Gratuita, assegurada pelo art. 4º da Lei 1.060/50.

Reza o "Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família."

## **II - DAS RAZÕESFÁTICAS**

O Requerente foi vítima de acidente automobilístico no dia **17/12/2017, às 08:00h**, conforme boletim de ocorrência e demais documentos juntados nos autos.

Da ocorrência, **o** Requerente veio a sofrer diversas **lesões corporais de natureza grave**, que podem ser percebidos os problemas, por meio de relatórios e prontuários médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que **oRequerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo**

---



# *Escritório de Advocacia*

---

**nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura, conforme os documentos encartados nessa inicial**, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelamesma.

Dessa forma, os danos são inegáveis, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dá proteção financeira às vítimas de acidente de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Dessa forma, após um período de recuperação dos traumas e do abalo psicológico que fora acometida, **o Autor** de posse dos prontuários, exames e laudos médicos, aptos a declarar a sua INCAPACIDADE PERMANENTE solicitou junto à empresa requerida o pagamento do sinistro do seguro DPVAT - por INVALIDEZ, visto os danos sofridos, ficando impossibilitado do exercício da profissão por força do acidente ocorrido.

No ato do requerimento do pagamento do sinistro do seguro a empresa Seguradora requereu documentações que comprovassem os fatos, como boletim de ocorrência, dentre outros documentos comprobatórios dos fatos e das lesões sofridas, tudo apresentado **pelo** Requerente à Seguradora nos termos da Relação de Documentos para Sinistro DPVAT.

Ocorre que, para surpresa **do Autor**, e **apesar de toda a documentação apresentada e de ter sofrido graves**



# *Escritório de Advocacia*

---

**danos físicos**, entre outras agruras que vem sofrendo desde então, **só obteve como valor de indenização pelo seguro DPVAT, a importância ínfima e inexplicáveis de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** valor este bem abaixo do estabelecido nas normas que regem a matéria, como será demonstrada adiante.

## **III - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **DO INTERESSE DE AGIR**

A Constituição Federal assegura, em seu art. 5º que “A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma o Requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito previsto em lei.

No entanto, suscitar a falta de interesse de agir caracteriza total desentendimento com a CF/88. Nesse sentido, vejamos a jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA - DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA CASSADA.** Frente à atual orientação do STJ, adiro ao entendimento da desnecessidade da comprovação da prévia recusa administrativa, a fim de que a parte se valha do judiciário para receber a indenização securitária decorrente do seguro DPVAT. Recurso provido; sentença cassada.



# *Escritório de Advocacia*

---

(TJ-MG - AC: 10024110177359002 MG, Relator:  
Eduardo Mariné da Cunha, Data de Julgamento:  
30/01/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL,  
Data de Publicação: 11/02/2014)

**E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - DESNECESSIDADE - NULIDADE DAS ENTENÇAS-RECURSOPROVIDO.**Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada a faculdade de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário.

(TJ-MS - APL: 08014965520138120005 MS 0801496-55.2013.8.12.0005, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 15/04/2014, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/04/2014).

Importante mencionar que as seguradoras conveniadas com o Seguro DPVAT, dificultam o pagamento via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam o máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, não cumprem a legislação vigente. Assim, não está **obrigado o** Requerente a receber valor inferior ao previsto em lei, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.



# *Escritório de Advocacia*

---

## **IV - DO NEXO DECAUSALIDADE**

Cumprе salientar que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

É incontestável a ocorrência do acidente de trânsito, uma vez que o Autor juntou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e laudo médicos) o que estabelecerá o nexo de causalidade.

Assim, no que concerne a **invalidez permanente**, restou devidamente comprovada pelo **laudo médico, no qual restaram atestados os danos sofridos pelo Requerente, entre eles fraturas no antebraço direito.** Portanto em virtude de tais lesões o Autor não consegue mais realizar atividades habituais, cotidianas. Portanto, a conclusão médica foi pela existência de sequela funcional definitiva.

Dessa forma, ainda que, estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Ademais a Lei nº 6.194/74 não traz nenhuma ressalva para que a invalidez decorrente da debilidade seja, de forma necessária, para o trabalho. Como no caso em tela, havendo a invalidez decorrente da debilidade permanente do membro, embora seja para algumas ocupações habituais, já está configurado o requisito necessário para autorizar o pagamento da indenização. Neste sentido vejamos:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA MANTIDA.** Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constateda

---





# *Escritório de Advocacia*

---

tabela anexa à lei N° 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)

## **V - DA PREVISÃO LEGAL**

Em conformidade com o art 3º da Lei 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas assistência médicas e suplementar. Vejamos:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). G.N.

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)



# *Escritório de Advocacia*

---

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).G.N.**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.(Incluído pela Lei nº 11.482, de2007)

Ora, Excelência, restados comprovadas as lesões sofridas e as alegações aqui prestadas, por meio das contundentes provas apresentadas, e sendo verossímeis os fatos presentes nesta exordial, cabe a este Juízo a determinação do pagamento do valor remanescente do sinistro, referente ao Seguro DPVAT, visto que devido em seu patamar maior e não pago na integralidade pela empresa seguradora requerida por ser expressão de justiça.

Entretanto, o valor pago **o Requerente** nada traz de coerência com a supracitada lei e seu anexo, não havendo correspondência do valor pago com os percentuais ali estampados, o que salta aos olhos tal disparidade.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de

---



# *Escritório de Advocacia*

---

culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Portanto, verifica-se que qualquer pessoa, na hipótese de ser vitimada em acidente de trânsito e desde que haja **invalidez permanente ou parcial de qualquer grau, terá direito a uma importância pecuniária a título de indenização**, a qual no caso em baila foi fixada em lei por valor equivalente **a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Ocorre que, a despeito de ser límpido o direito **do Autor**, notadamente porque houve o reconhecimento da invalidez por parte da Seguradora, **o Autor** recebeu **a importância ínfima e inexplicáveis de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** muito inferior ao que por direito deveria ter recebido, ensejando o enriquecimento sem causa da Seguradora Ré.

Nossos tribunais tem assim se manifestado, vejamos:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA MANTIDA.** Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constante da tabela anexa à lei Nº 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)

Vale ressaltar que, é entendimento pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá

---



# *Escritório de Advocacia*

---

ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do CNSP, vejamos o seguinte julgado:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO PÓLO PASSIVO - SEGURADORA INTEGRANTE DO CONSÓRCIO NACIONAL DO CONVÊNIO DPVAT - LEGITIMIDADE - REVELIA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE - NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO.É

**pacífico o entendimento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul de que toda qualquer seguradora integrante do consórcio nacional do convênio DPVAT tem legitimidade para figurar no pólo passivo de ação visando cobrança de seguro obrigatório.** A presunção de veracidade prevista no dispositivo é relativa e não implica necessariamente na procedência da pretensão inicial, sendo necessário a análise das circunstâncias apresentadas, podendo o juiz, até mesmo, julgar improcedente a ação. A prova pericial atestando a ocorrência de invalidez permanente é prova essencial para a procedência do pedido de cobrança de indenização a título de DPVAT.

(TJ-MS - APL: 00042793920128120021MS 0004279-39.2012.8.12.0021, Relator: Des. Claudionor Miguel Abss Duarte, Data de Julgamento: 15/01/2013, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/01/2013)

Assim, as seguradoras que fazem parte do consórcio DPVAT, portanto são regidas pelo princípio da solidariedade, ou seja, todas podem ser acionadas para o pagamento da indenização devida, tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial.



# Escritório de Advocacia

---

Vale mencionar ainda, que tanto a legislação quanto a jurisprudência assim entendem, já pacificada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.

1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

**2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.**

(...)

6. Agravo regimental improvido.

(STJ - AgRg no Ag: 870091 RJ 2007/0030346-6, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 20/11/2007, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 11/02/2008 p.106).

Desse modo, em vista da recusa da Seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido na via administrativa a invalidez, não restou outra alternativa senão acionar o Poder Judiciário **para que imponha a Seguradora a obrigação de pagar a complementação de sua indenização, devidamente corrigido monetariamente, e com a incidência de jurose**





# *Escritório de Advocacia*

---

**multa moratórios legais do período ou seja, 13/10/2015,**  
conforme preceitua o art. 5º, § 7º da Lei 6.194/74.

Art. 5º

(...)

§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Eis a razão que alberga o direito da Autora.

## **VI - DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) **A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita** por ser a Requerente pessoa pobre na acepção da Lei nº 1.060/50.

b) A citação da Requerida no endereço constante da inicial, através de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de confissão e revelia, nos termos do art. 344 do NCPC;



# *Escritório de Advocacia*

---

c) A procedência do pedido constante da presente ação, com a condenação da empresa seguradora **Requerida** ao **pagamento da diferença da indenização do Seguro DPVAT o Requerente**, no correspondente ao importe de **R\$ 7.762,50(sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) devidamente corrigido monetariamente, e com a incidência de juros e multa moratórios legais doperíodo;**

d) A condenação ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor dacondenação;

e) A condenação em honorário de sucumbência;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas, realização de perícias e juntada de quaisquer outros documentos que esse respeitável Juízo entendernecessário.

Nos termos do art. 272, § 5º do CPC/2015 (constando dos autos pedido expresso, para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade), requer-se que as comunicações dos atos processuais sejam dirigidas ao advogadoTiago luiz Teixeira, OAB/PI nº 7560

Dá-se à causa o valor de **R\$ 7.762,50(sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**



# *Escritório de Advocacia*

---

Nestes termos.  
Pede deferimento.

Teresina, 26 de agosto de 2019.

Dr. Tiago Luiz Teixeira  
OAB/PI N°7560

## **DOS QUESITOS DA PERÍCIA:**

- 1) Houve ofensa à integridade física ou à saúde da examinanda? Quais lesões ela sofreu?
- 2) Restou sequelas da lesão ocorrida? Em caso afirmativo, favor identificá-las.
- 3) Tais lesões resultaram na incapacidade da requerente para as ocupações habituais, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função?
- 4) Tal sequela resultou em incapacidade permanente para o trabalho na função exercida pela pericianda?
- 5) Se tal sequela resultou em deformidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente?



# *Escritório de Advocacia*

---

6) Qual o grau/percentual da debilidade permanente sofrida pelo periciando?

Teresina, 26 de agosto de 2019

Dr. Tiago Luiz Teixeira  
OAB/PI Nº7560



# Escritório de Advocacia

Rua Eletricista Guilherme, nº 954, Bairro Fátima, Teresina - PI.

3180449790

## 'Procuração ad Judicia'

João Victor Lima Sampaio, RG: 3.860.603  
CPF: 010.751.173-14, residente e domiciliado  
na Rua Santa Gertrudes, 4643, Setor Leste, Ceres-  
na - PI

\_\_\_\_\_, nomeia e constitui como seu bastante procurador, **Dr. Tiago Luiz Teixeira**, advogado, com registro na OAB/PI nº 7560, com escritório profissional sito à Rua Eletricista Guilherme, nº 954, Bairro Fátima, Nesta Cidade, onde recebe as intimações de estilo, concedendo amplos e ilimitados poderes com as cláusulas **ad judicia e extra** para foro em geral, para representá-lo em qualquer instância ou Tribunal, em qualquer ação em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou réu(s) ou de qualquer forma interessado(s), em conjunto ou separadamente, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, habilitar e retificar, ceder e prometer e em especial \_\_\_\_\_, receber e dar quitação, delas variar ou desistir, acompanhando-as em todos os seus termos até a final, podendo para tanto acordar, agravar ou apelar de qualquer despacho ou sentença, fazer e assinar requerimento, documentos necessários, produzir provas, justificações, requerer falência ou concordata, transigir, firmar compromissos, renunciar, passar recibos, pagar taxas, receber e dar quitação, assinar termo de inventariante, finalmente tudo o que for preciso para o fiel cumprimento deste mandato.

Teresina, PI, 14 de agosto, 2019.

x João Victor Lima Sampaio

1687,50

Página 1 de 1

Tiago Luiz Teixeira  
OAB PI 7560

Telefone: 86 99418 4948  
86 99909 0407

Email:  
tiagoluiz.advogado@hotmail.com

